



**Universidade de Brasília**  
**Faculdade de Direito – FD**  
**Curso de Graduação em Direito**

**TAIS BARDUCHI ROMEIRO**

**DIREITO DE PROTESTO: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO PROJETO DE LEI**  
**Nº 6.268/2009**

**BRASÍLIA**

**2016**

**TAIS BARDUCHI ROMEIRO**

**DIREITO DE PROTESTO: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO PROJETO DE  
LEI Nº 6.268/2009**

Trabalho de conclusão de curso apresentado  
como exigência parcial para obtenção do  
grau de bacharelado em Direito, na  
Universidade de Brasília, sob orientação do  
Prof. Dr. Guilherme Scotti Rodrigues.

**BRASÍLIA**

2016

**TAIS BARDUCHI ROMEIRO**

**DIREITO DE PROTESTO: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO PROJETO DE LEI**

**Nº 6.268/2009**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como exigência parcial para obtenção do grau de bacharelado em Direito, na Universidade de Brasília, sob orientação do Prof. Dr. Guilherme Scotti Rodrigues.

Data da defesa: 1º de dezembro de 2016

Resultado: \_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Guilherme Scotti Rodrigues

**Orientador**

---

Prof. Dr. Menelick de Carvalho Netto

**Membro da banca examinadora**

---

Doutoranda Maria Pia Guerra

**Membro da banca examinadora**

---

Mestrando João Victor Nery Fiocchi Rodrigues

**Suplente**

## RESUMO

O presente trabalho de monografia possui como premissa apresentar o direito de protesto para alcançar-se uma análise crítica do Projeto de Lei nº 6.268 de 2009. O referido projeto de lei tem por escopo criminalizar os atos de bloqueios de vias públicas abarcando, inclusive, os casos de obstruções advindos de manifestações populares. Busca-se demonstrar o equívoco da tentativa de socorrer-se ao Direito Penal para limitar e moldar práticas legítimas e não violentas.

**Palavras-chave:** direito de protesto, constituição, bloqueio de vias públicas, projeto de lei, direito penal, democracia, manifestações, processo legislativo.

## **ABSTRACT**

The present paper contains as premiss to present the right of protest in order to reach a critical analysis of Bill n° 6.268 of 2009. The mentioned bill is intended to criminalize acts of blocking public roads, including cases of obstructions arising from popular manifestations. It seeks to demonstrate the misconception of trying to succor to Criminal Law to limit and shape legitim and non-violent practices.

**Keywords:** right to protest, constitution, blockade of public roads, bill, criminal law, democracy, manifestations, legislative process.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>01</b>
<b>1. O DIREITO DE PROTESTO .....</b>	<b>03</b>
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E BREVES CONSIDERAÇÕES .....	03
1.2 PREVISÃO CONSTITUCIONAL.....	04
1.3 DEMOCRACIA .....	08
<b>2. O PROJETO DE LEI Nº 6.268/2009 E SUAS REFLEXÕES .....</b>	<b>14</b>
2.1 PROCESSO LEGISLATIVO.....	14
2.2 PL 6.268/2009 .....	15
2.3 A SUPOSTA COLISÃO DE DIREITOS E SUAS (POSSÍVEIS) SOLUÇÕES .....	18
2.3.1 O Uso dos Princípios .....	19
2.3.2 O Uso da Proporcionalidade e da Ponderação.....	20
2.3.3 Do Núcleo da Constituição.....	21
2.3.4 Da Desobediência Civil .....	22
<b>3. O ÂMBITO DE APLICAÇÃO DO DIREITO PENAL.....</b>	<b>25</b>
<b>4. ANÁLISE DE JULGADOS .....</b>	<b>32</b>
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>38</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>41</b>
<b>ANEXO A.....</b>	<b>47</b>
<b>ANEXO B.....</b>	<b>51</b>

## INTRODUÇÃO

O direito de protesto é a essência de uma sociedade democrática. O ímpeto da população em demonstrar seus sentimentos e anseios acerca das situações vivenciadas é um dos maiores indicadores acerca do bem-estar dos cidadãos.

De maneira geral, as manifestações populares unem os indivíduos, como por exemplo os de um mesmo segmento profissional, de uma mesma região ou até mesmo de uma nação inteira.

Observa-se uma “onda” de protestos em nosso país, e como consequência, surgem no Legislativo projetos de lei que interferem direta ou indiretamente no exercício do direito de manifestação.

Cumpre-se ressaltar que, por vezes, os movimentos de protesto se realizam de forma a bloquear, total ou parcialmente, ruas ou estradas.

Diante disso, uma questão que merece análise é a da supracitada situação de manifestações populares que envolvem atos de bloqueio de vias públicas. Portanto, buscou-se no presente trabalho reunir argumentos com o propósito de responder ao seguinte problema de pesquisa: cabe ao Direito Penal tutelar e tipificar as situações em que há obstrução de vias públicas em decorrência de manifestações?

Para o desenvolvimento deste trabalho foram utilizadas pesquisas bibliográficas, incluindo-se a do famoso jurista argentino Roberto Gargarella, que trata especificamente do tema de protestos aliados aos bloqueios de vias públicas, além de análises de julgados brasileiros e internacionais.

No capítulo I, será apresentado o direito de protesto através de uma breve contextualização acerca do tema. Faz-se apontamentos em relação às constituições brasileiras anteriores e apresenta-se a previsão constitucional atual: o arcabouço normativo brasileiro contém três incisos no artigo 5º da Constituição Federal de 1988 que se relacionam ao direito de protesto.

Ainda assim, discute-se o “vácuo jurídico” existente em nosso país acerca do assunto. Indica-se, também, que no âmbito internacional há previsão legal para amparar o direito de manifestação.

Ademais, faz-se uma explanação sobre democracia e cidadania, além de rememorar os protestos de grandes dimensões que marcaram o ano de 2013 no Brasil.

No capítulo II, expõe-se o que é um projeto de lei e o funcionamento de seu procedimento – o chamado Processo Legislativo – até a sua aprovação, ou não, pelo Presidente da República.

Aponta-se, então, o assunto principal deste trabalho: o Projeto de Lei nº 6.268/2009, que pretende tipificar como crime o ato de obstrução “indevida” de vias públicas, com pena de detenção de um a dois anos e multa. Será demonstrado seu trâmite perante à Câmara dos Deputados, fazendo-se considerações sobre o impacto deste projeto de lei com a temática do direito de protesto.

Serão apresentados diferentes posicionamentos para dirimir o embate acerca da suposta colisão de direitos – tais quais o direito de livre manifestação *versus* direito de locomoção – que envolvem a obstrução de vias públicas em manifestações populares.

No capítulo III, será apresentado o âmbito de atuação do Direito Penal, discorrendo-se acerca dos chamados bens penalmente tutelados, dos tipos já previstos no Código Penal que às vezes se fazem presentes nos contextos de protestos populares, e sobre a existência de sanções administrativas.

Por fim, no capítulo IV, serão apresentadas decisões tanto brasileiras quanto do exterior que debatem aspectos do direito de protesto, e que trataram de maneira positiva os casos de manifestações que ocorrem em vias públicas.



## 1. O DIREITO DE PROTESTO

### 1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E BREVES CONSIDERAÇÕES

Protestar significa demonstrar repulsa ou revolta; insurgir-se, reclamar; demonstrar discordância<sup>1</sup>. Sair às ruas como forma de exteriorizar a insatisfação com algum acontecimento específico, ou em relação a um cenário em curso, não é um fenômeno recente. Ao longo dos tempos, podemos observar casos em que a insurgência da população foi fundamental para mudanças profundas e essenciais no país.

Na França, o povo nas ruas já foi capaz de mudar o percurso da história. Um dos exemplos mais marcantes é o da Revolução Francesa, no século XVIII. Os motins realizados contribuíram para o fim do Antigo Regime. Neste contexto, grupos políticos, a população nas ruas das cidades e os camponeses se revoltaram e, depois de vários episódios de oposição, deram fim a privilégios feudais e religiosos que há muito tempo já estavam consolidados naquele país.

Fernando Antônio da Silva Alves sinaliza que:

[...] Por anos, reivindicações de natureza individual tomaram as ruas coletivamente sob a forma de protestos de grupos organizados, no sentido de que os poderes constituídos dirimissem as ameaças decorrentes do risco da industrialização (desemprego em massa, destruição do meio ambiente, criminalidade e desigualdade social). O direito de protesto, sob uma ótica jurídica ou política, pode aqui ao menos ser visto como um supedâneo do constitucional direito à liberdade de expressão e consciência, além de predominar o direito à liberdade de associação, tendo em vista que tais movimentos de protesto são naturais, em todos os momentos em que as crises decorrentes do risco atingem o indivíduo, fazendo com que ele se mobilize e ative outros que compartilhem com ele das mesmas inseguranças.<sup>2</sup>

A predisposição para se mobilizar por parte dos cidadãos nos motins franceses possui vários pontos em comum com as passeatas que ocorrem no Brasil, ainda que em contextos históricos distintos. Motivações tais quais a luta contra o governo vigente, reivindicações por direitos básicos – alimentação, moradia e saúde – são pautas constantes nas referidas conjunturas.

---

<sup>1</sup> Dicionário Houaiss, versão multiusuário 2009.3 – novembro de 2009.

<sup>2</sup> ALVES, Fernando Antônio da Silva. Movimentos Sociais e Concretização Constitucional. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2013. p. 33.

## 1.2 PREVISÃO CONSTITUCIONAL

Interessante notar que algumas constituições que vigoraram no Brasil já traziam previsões acerca do direito de protesto. A seguir serão apresentados, de forma sucinta, alguns dos artigos que especificamente apresentavam a vigência do direito de reunião, tendo como exemplo as Constituições de 1934, de 1946 e 1967.

A Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 1934, trazia em seu artigo 113, ponto 11, que:

A todos é lícito se reunirem sem armas, não podendo intervir a autoridade senão para assegurar ou restabelecer a ordem pública. **Com este fim, poderá designar o local onde a reunião se deva realizar**, contanto que isso não a impossibilite ou frustre. (grifos nossos)

Em relação à Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 1946, nota-se que esta apresentava o seguinte teor em seu artigo 141, §11:

Todos podem reunir-se, sem armas, não intervindo a polícia senão para assegurar a ordem pública. **Com esse intuito, poderá a polícia designar o local para a reunião**, contanto que, assim procedendo, não a frustre ou impossibilite. (grifos nossos)

Já a Constituição da República Federativa do Brasil de 1967, trazia em seu artigo 153, §27, que:

Todos podem reunir-se sem armas, não intervindo a autoridade senão para manter a ordem. **A lei poderá determinar os casos em que será necessária a comunicação prévia à autoridade, bem como a designação, por esta, do local da reunião.** (grifos nossos)

Constata-se que nas antigas Constituições brasileiras, em maior ou menor grau, existia uma margem explícita de atuação para as autoridades em relação aos movimentos de protestos populares, uma vez que as referidas autoridades poderiam fixar os locais onde as reuniões seriam admitidas.

Atualmente no Brasil, o direito de protesto está contido primordialmente em três incisos do artigo 5º da Constituição Federal de 1988. O primeiro deles é o que se refere a liberdade de expressão:

IV - É livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

Também há um inciso que trata da liberdade de reunião, qual seja:

XVI - Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, **sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente**; (grifos nossos)

Por fim, o inciso XVII, que se refere a liberdade de associação:

XVII - É plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar;

Analisando-se os supracitados incisos do artigo 5º do Texto Constitucional, observa-se que, hoje em dia, o direito de manifestar-se livremente, de reunir-se de modo pacífico e associar-se para fins lícitos é expressamente amparado pela Carta Magna promulgada no país. Existem ressalvas, dentre elas a vedação ao anonimato, a ausência de armas nas referidas reuniões, a necessidade de aviso prévio à autoridade competente e a vedação de associações que possuam caráter paramilitar.

Gilmar Ferreira Mendes apresenta o elo existente entre os direitos à liberdade de reunião e associação com o direito de expressão, aí incluindo-se o cenário democrático:

Os direitos de liberdade de reunião e de liberdade de associação têm conexões lógico-genéticas com o direito de liberdade de expressão e com a assunção de uma perspectiva democrática de Estado, já que é por meio da livre opinião pública que se dá o controle do exercício do poder e se assegura o direito de ingresso na vida pública de um Estado.<sup>3</sup>

Especificamente sobre o direito de reunião, o constitucionalista Bernardo Gonçalves Fernandes apresenta elementos que a caracterizam. São eles: o elemento subjetivo (a reunião é formada por um conjunto agrupado de seres humanos); elemento formal (exige-se um mínimo de coordenação, de modo que não pode se formar a partir de um ajuntamento espontâneo de transeuntes; faz-se necessária a prévia convocação, e os integrantes precisam se reunir de maneira consciente); elemento teleológico (devem visar objetivos compartilhados); elemento temporal (a reunião deve ser transitória, passageira, com previsão de início e término); elemento objetivo (deve visar fins pacíficos); elemento espacial (manifestações estáticas ou de deslocamento por vias públicas).<sup>4</sup>

---

<sup>3</sup> MENDES, Gilmar Ferreira. Curso de Direito Constitucional. Editora Saraiva, 2008. p. 385.

<sup>4</sup> FERNANDES, Bernardo Gonçalves. Curso de Direito Constitucional. Editora JusPodivm, 2015. p. 390-391.

Importante se faz destacar a crucial distinção entre “autorização” e “comunicação” para a realização de protestos. Ocorre que nenhuma manifestação, seja ela de caráter político, econômico ou social, necessita de permissão. O que a Constituição sinaliza é a comunicação prévia à autoridade competente.

Tal comunicação não pode ser lida como forma de limitação ao direito de manifestar da população, e deve ser compreendida como uma maneira de oferecer segurança aos próprios manifestantes e à população de maneira geral, uma vez que o Estado, estando ciente do indicativo de agrupamento de pessoas com o intuito de protestarem pacificamente, possa resguardar a integridade dos envolvidos direta ou indiretamente no movimento. O próprio Estado está obrigado a respeitar e obrigado a promover condições para o livre exercício de manifestações pacíficas em defesa de direitos fundamentais segundo prescreve a Constituição Federal.<sup>5</sup>

O diálogo entre manifestantes e autoridades públicas deveria ser concebido como a persecução de um planejamento prévio e efetivo para garantir a realização do protesto, com sua devida liberdade e segurança. Infelizmente, na maior parte dos casos, o escopo da referida comunicação prévia é desvirtuado: a comunicação acaba por alinhar-se ao propósito de cerceamento da liberdade de manifestação.

Ainda que haja previsão constitucional a respeito, é de se notar a ausência de uma maior regulação ao direito de protesto. Esse “vazio jurídico” dá margem a um poder discricionário, como nos casos da utilização da força policial nas situações de manifestações populares. O ordenamento jurídico brasileiro carece de jurisprudências consolidadas que sirvam como parâmetros para elucidar a forma de o judiciário se posicionar acerca dos diversos embates que permeiam os conflitos, que, por muitas vezes, são embasados pelos cenários político e econômico vigentes:

Atualmente, pelo poder executivo, continua a ação policial pouco preparada para a convivência com protestos e ações de movimentos sociais, tirando o foco dos problemas sociais trazidos pelos protestos. No âmbito legislativo, vários projetos de lei regulando protestos estão em tramitação no Congresso Nacional. Já no poder judiciário, inúmeras são as decisões judiciais contrárias à livre ação desses movimentos.<sup>6</sup>

---

<sup>5</sup> Jornal Gazeta do Povo – República, Democracia e Protestos, p.1-2.

<sup>6</sup> Artigo 19. Panorama Geral. Disponível em: <<<http://protestos.artigo19.org/panorama.php>>>. Acesso em 13 de outubro de 2016.

No âmbito internacional, a Declaração de Direitos Humanos (DDH), adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em dezembro de 1948, também apresenta a importância dos direitos de liberdade de expressão e suas derivações:

Artigo 19- Todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e ideias por qualquer meio de expressão.

Artigo 20- 1. Toda a pessoa tem direito à liberdade de reunião e de associação pacíficas.

O Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, adotado pela XXI Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 16 de dezembro de 1966, e ratificado pelo Brasil em 24 de janeiro de 1992, após ser aprovado pelo Congresso Nacional em decreto legislativo de 12 de dezembro de 1991, aduz que:

Artigo 19- 1. Ninguém poderá ser molestado por suas opiniões;  
2. Toda pessoa terá direito à liberdade de expressão; esse direito incluirá a liberdade de procurar, receber e difundir informações e ideias de qualquer natureza, independentemente de considerações de fronteiras, verbalmente ou por escrito, em forma impressa ou artística, ou por qualquer outro meio de sua escolha.

Ainda, no mesmo sentido:

Artigo 21- O direito de reunião pacífica será reconhecido. O exercício desse direito estará sujeito apenas às restrições previstas em lei e que se façam necessárias, em uma sociedade democrática, no interesse da segurança nacional, da segurança ou da ordem pública, ou para proteger a saúde ou a moral pública ou os direitos e as liberdades das demais pessoas.

Artigo 22- 1. Toda pessoa terá o direito de associar-se livremente a outras, inclusive o direito de construir sindicatos e de a eles filiar-se, para a proteção de seus interesses;  
2. O exercício desse direito estará sujeito apenas às restrições previstas em lei e que se façam necessárias, em uma sociedade democrática, no interesse da segurança nacional, da segurança e da ordem públicas, ou para proteger a saúde ou a moral públicas ou os direitos e liberdades das demais pessoas. O presente artigo não impedirá que se submeta a restrições legais o exercício desse direito por membros das forças armadas e da polícia.

### 1.3 DEMOCRACIA

Ainda no plano internacional, no ano de 1995, a Corte Constitucional da Espanha assentou que “em uma sociedade democrática, o espaço urbano não é somente uma área de circulação, mas também de participação”. (Judgment 66/1995, tradução nossa).<sup>7</sup>

Ademais, o porta-voz da Organização das Nações Unidas para Direitos Humanos, Ravina Shamdasan, declarou que “O direito da liberdade à associação pacífica é elemento essencial de uma democracia”.<sup>8</sup>

O direito é uma prática social multifacetada, que exige profundas discussões. De maneira coletiva, os preceitos que regem nosso ordenamento devem ser debatidos, moldados e organizados. O texto jurídico requer devida atenção, pois sua interpretação não pode ser feita através de um viés simplista e literal. A interpretação das normas necessita de um enlace entre os indivíduos, as instituições e os propósitos de uma sociedade democrática.

Conforme Bernardo Fernandes Gonçalves explica, um sistema democrático não se limita ao momento de escolha de seus representantes:

Fato que democracia hoje não se dá apenas pela possibilidade de escolha dos atores políticos, mas inclui ainda uma proteção constitucional que afirma: **a superioridade da Constituição; a existência de direitos fundamentais; da legalidade das ações estatais; um sistema de garantias jurídicas e processuais.**<sup>9</sup> (grifos do autor)

Alexandre de Moraes<sup>10</sup> enfatiza que a democracia somente existe a partir da consagração do pluralismo de ideias e pensamentos, da tolerância de opiniões e do espírito aberto ao diálogo.<sup>11</sup>

Analisando-se o sistema jurídico brasileiro, depreende-se que este preleciona a ideia de que todos deverão ser tratados como iguais, não se fazendo quaisquer distinções, consoante dispõe o artigo 5º, *caput*, da Constituição Federal:

<sup>7</sup> "In a democratic society, the urban space is not only an area for circulation, but also for participation". Judgment 66/1995, p. 3

<sup>8</sup> Estadão. Pós-impeachment, ONU apela para que violência seja evitada no Brasil. Disponível em <<<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,pos-impeachment-onu-apela-para-que-violencia-seja-evitada-no-brasil,10000073620>>>. Acesso em 12 de outubro de 2016.

<sup>9</sup> FERNANDES, Bernardo Gonçalves. Curso de Direito Constitucional. Editora JusPodivm. 2015, p. 291.

<sup>10</sup> Assumiu, em 2014, a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, recebendo críticas pela suposta ação excessiva em atos de protesto. Atualmente, é Ministro da Justiça.

<sup>11</sup> MORAES, Alexandre de. Direitos Humanos Fundamentais. Teoria Geral. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2007. p. 113.

Art. 5º- Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (...).

Importante ressaltar que o art. 1º, III, da Constituição Federal, se preocupa em “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais”. O referido artigo está elencado como um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil e refere-se a um compromisso constitucional básico.

Assim, observa-se que no plano teórico a Carta Magna apresenta objetivos louváveis. Ocorre que, na vida cotidiana, a situação está longe de estar concretizada. A complexidade atual da sociedade pluralista e, principalmente, a dicotomia existente entre o que foi idealizado como Estado Democrático de Direito e o que é verificado na prática, demonstra que o processo de construção do modelo de Estado participativo é constante e carece de avanços. Conforme trecho do artigo “República, Democracia e Protestos”:

Nesse sentido, as manifestações populares de grandes proporções que ocorreram no Brasil em 2013 iniciaram um debate acerca da participação política efetiva da sociedade e promoveram a aproximação e conhecimento pelas instituições públicas dos anseios e demandas da população.<sup>12</sup>

Os marcantes protestos realizados no ano de 2013, inicialmente com foco nas mudanças das tarifas de ônibus, traduziram-se em verdadeiro desabafo do povo brasileiro. A parte privilegiada da população, que não é atingida no dia-a-dia pelas péssimas condições dos transportes públicos, mais precisamente os ônibus, que atrasam e trazem dissabores e transtornos para aqueles que deles necessitam utilizar, ao menos deixou de ser alheia à situação. A cobertura dos meios de comunicação e o impacto na rotina do restante da população foram fundamentais para que o país inteiro voltasse sua atenção para o problema. Convém destacar, desta forma, conforme aduzem Vera Karam, José Arthur Castillo de Macedo e Miguel Godoy, que as referidas manifestações “São o exercício do direito ao protesto (por direitos) ”.<sup>13</sup>

O tema atual deve lembrar-nos que o conflito faz parte da história e da (re) construção de direitos. É com a inconformidade, seja ela de cunho político, social ou econômico, que as disparidades existentes nos diversos contextos ganham visibilidade e, por consequência, as pautas de reivindicações tomam forma. Nesse sentido, Miguel Godoy afirma que “Os

<sup>12</sup> Jornal Gazeta do Povo – República, Democracia e Protestos, p. 1-2.

<sup>13</sup> *Ibidem*

protestos são verdadeiras janelas para a manifestação da democracia, para mostrar que é somente no dissenso que a democracia é verdadeiramente construída e operada”.<sup>14</sup>

Através das manifestações, os conflitos inseridos em nosso sistema constitucional-democrático ganham relevância, e são por vezes a única forma de dar visibilidade àqueles que têm negados ou violados direitos básicos, pilares de uma vida digna. A realização do direito de protesto possui relação direta com a liberdade de expressão, de manifestação e de reunião. Todos têm o direito de protestar, seja por demandas individuais ou coletivas.

Infelizmente, protestar é ainda visto por muitos como ato de mera desobediência e tumulto desnecessário. Ocorre que, como dito anteriormente, a Carta Magna brasileira tem como premissa tratar a todos como iguais, de modo a abranger e dar maior atenção aos direitos dos rejeitados e necessitados socialmente. Os protestos devem ser protegidos, e jamais silenciados, uma vez que, conforme a afirmação de Roberto Gargarella, o direito ao protesto aparece, assim, como o “primeiro direito” – o direito de exigir a recuperação dos demais direitos.<sup>15</sup>

Vivemos em um país com um modelo de democracia representativa onde a sociedade, através do voto direto, secreto, universal e periódico, elege determinados cidadãos que irão representá-la. Porém, é de suma importância a participação direta dos cidadãos nos processos de tomada de decisões. Como sugere Gargarella “os cidadãos devem ter a possibilidade efetiva de refletir coletivamente sobre os assuntos mais cruciais de sua comunidade. Um bom sistema institucional deve favorecer tal discussão ao invés de permitir que ela seja remotamente possível”.<sup>16</sup>

O povo deve ser protagonista de sua própria história, não devendo aguardar o momento político das eleições para exteriorizar seus anseios e insatisfações. A democracia deve ser exercida pelos cidadãos direta e diariamente, de modo a torná-la cada vez mais participativa.

Conforme Bernardo Gonçalves:

Cidadania refere-se à participação política das pessoas na condução dos negócios e interesses estatais. Fato é que o conceito de cidadania sofre uma gradativa ampliação ao longo dos anos, principalmente a partir da Segunda Guerra. Antes, ser cidadão era ter capacidade para votar e ser votado (o que, diga-se de passagem, ainda é válido para a dogmática do direito

<sup>14</sup> GODOY, Miguel Gualano de. *Constitucionalismo e Democracia: uma leitura a partir de Carlos Santiago Nino e Roberto Gargarella*. São Paulo: Saraiva /FGV, 2012. p.119.

<sup>15</sup> GODOY, Miguel Gualano de. *Constitucionalismo e Democracia: uma leitura a partir de Carlos Santiago Nino e Roberto Gargarella*. São Paulo: Saraiva /FGV, 2012. p. 162.

<sup>16</sup> *Constitucionalismo e Democracia. Direito de ao protesto: promessa e compromisso com o primeiro direito*. Disponível em: <<<http://constitucionalismoedemocracia.blogspot.com.br/2013/06/direito-ao-protesto-promessa-e.html>>>. Acesso em 07 de novembro de 2016.



constitucional). Porém, hoje, compreende-se que a cidadania se expressa por outras vias, além da política, se desenvolvendo também por meio dos direitos e garantias fundamentais, ou da tutela dos direitos e interesses difusos. Assim sendo, podemos afirmar que a cidadania não é algo pronto e acabado, mas se apresenta como processo (um caminhar para) de participação ativa na formação da vontade política e afirmação dos direitos e garantias fundamentais, sendo ao mesmo tempo um **status** e um direito. (grifo do autor)<sup>17</sup>

Acompanhar os progressos realizados e fiscalizar os problemas decorrentes de uma má gestão são vitais para a sobrevivência saudável de um sistema democrático. O sufrágio é uma parcela pequena neste universo, e uma expressão concreta da cidadania faz-se necessária principalmente por traduzir-se em um termômetro do governo.

No cenário atual, movimentos de diversos segmentos têm tomado as ruas, como o das mulheres, dos homossexuais, da comunidade negra e indígena. O Estado pluralista, com diversos grupos e seus respectivos anseios, necessita de uma efetiva inclusão. Interesses públicos, de relevância inclusive histórica, inserem-se no Estado Democrático Constitucional brasileiro, e buscam consolidação.

É certo que grupos que por tradição são discriminados possuem vínculos. Porém, há de se ressaltar o caráter heterogêneo dessas categorias, com composições variadas, conforme dispõe Gargarella:

[...] as sociedades modernas se distinguem pela multiplicidade e diversidade de grupos que a compõem (minorias étnicas, raciais, sexuais, religiosas); e pela heterogeneidade desses mesmos grupos (por exemplo, dentro da comunidade negra existem uma infinidade de interesses divergentes, dependendo da condição social, econômica, religiosa de seus distintos integrantes).<sup>18</sup> (tradução nossa)

Outra questão significativa a ser citada em relação ao erro em generalizar os manifestantes como um bloco único é a (triste) realidade acerca da existência de líderes corruptos e de pessoas que apenas participam do movimento de protesto em troca de roupas e de alimentação. Essa constatação não pode macular o propósito do movimento. Roberto Gargarella menciona este ponto do debate em sua obra:

<sup>17</sup> FERNANDES, Bernardo Gonçalves. Curso de Direito Constitucional. Editora JusPodivm. 2015. p. 299.

<sup>18</sup> “[...] las sociedades modernas se distinguen por la multiplicidad y diversidad de grupos que la componen (minorias étnicas, raciales, sexuales, religiosas); y por la heterogeneidad misma de esos grupos (p. ej. dentro de la comunidad negra existen infinitas de intereses divergentes, dependiendo de la condición social, económica, religiosa de sus distintos integrantes).” GARGARELLA, Roberto. El derecho a la protesta – el primer derecho. Buenos Aires: Ad-Hoc, 2005. p. 157.

[...] Também, parece difícil negar que dentro do grupo de manifestantes (que é extenso e heterogêneo) existem alguns líderes corruptos que colaboram com o governo ou com a oposição, e gente que somente participa nas manifestações em troca de roupa ou comida.<sup>19</sup> (tradução nossa)

No contexto de manifestações populares, constata-se que as mobilizações dos brasileiros já fazem parte da história do país. Podemos citar a ocorrida no Rio de Janeiro, no dia 25 de junho de 1968, quando se realizou a primeira grande manifestação contra a ditadura, chamada de “Passeata dos Cem Mil”. Ao final do regime militar, ocorreram as chamadas “Diretas Já”, em 1984, que clamavam por eleições diretas no Brasil. Também, o movimento dos “Caras pintadas”, contra o governo do presidente Fernando Collor, em 1992. Reavivar a memória é essencial para compreendermos que passado, presente e futuro foram e são permeados de lutas e questionamentos, que propulsionam a transformação.

Conforme Fernando Alves:

A Constituição de 1988 foi pródiga em estabelecer uma nova forma de participação coletiva, ao prever no rol dos direitos fundamentais as liberdades de reunião e associação, e inserir os movimentos dentro da lógica da busca dos direitos sociais, constitucionalmente consagrados. Trata-se da legitimação de grupos que podem abertamente, com o fim do período ditatorial, reivindicar, pressionar ou demandar a sociedade política através de uma participação qualificada.<sup>20</sup>

Aliás, cumpre-se ressaltar que à época do regime militar, era comum que os cidadãos fossem acusados de subversão. A prisão, a tortura e a morte eram por vezes consequências comuns para os que se manifestavam. Era aplicada a Lei de Segurança Nacional, para a repressão política daqueles que se opunham ao governo, como forma de um mecanismo antidemocrático.<sup>21</sup>

O economista indiano Amartya Sen adverte que um grande número de ditadores no mundo tem conseguido gigantescas vitórias eleitorais, mesmo sem coerção evidente sobre o processo de votação, principalmente suprimindo a discussão pública e a liberdade de informação.<sup>22</sup>

<sup>19</sup> “[...] Asimismo, parece difícil negar que dentro del grupo de manifestantes (que es extenso y heterogéneo) existe algunos líderes corruptos que colaboran con el gobierno o bien con la oposición, y gente que sólo participa en las manifestaciones a cambio de ropa o comida”. GARGARELLA, Roberto. Carta aberta sobre la intolerância – sobre derecho y protesta. Buenos Aires: Siglo XXI, 2006. p. 102.

<sup>20</sup> ALVES, Fernando Antônio da Silva. Movimentos Sociais e Concretização Constitucional. Editora Lumen Juris, Rio de Janeiro, 2013. p. 14.

<sup>21</sup> GODOY, Miguel Gualano de. Constitucionalismo, Democracia e Protesto: As mães na praça e a Praça da Sé. Monografia do Curso de Direito. Universidade Federal do Paraná, 2008.

<sup>22</sup> SEN, Amartya. A ideia de justiça. Trad. Denise Bottman e Ricardo Doninelli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 361.

Assim, é importante que a retomada dos espaços públicos e o favorecimento da discussão sejam estimulados, e não restringidos:

Trata-se daquilo que o direito norte-americano intitulou como doutrina dos fóruns públicos (public-forum doctrine), segundo a qual uma sociedade livre deve criar uma plêiade de espaços nos quais se assegure, àqueles indivíduos que desejam se expressar, o direito de ter acesso aos lugares necessários para permitir a difusão da sua opinião entre as pessoas, notadamente aquelas áreas onde muitas delas se encontram.<sup>23</sup>

Por vezes, as alegações daqueles que se posicionam contrariamente à prática de protestos associados aos bloqueios de vias públicas é a de que os manifestantes possuem outras possibilidades para demonstrar sua insatisfação frente a uma demanda. Ocorre que os meios convencionais de acesso nem sempre estão ao alcance de todos:

Como já havia constatado e decidido o juiz da Suprema Corte Norte-Americana William Brennan, os métodos convencionais de petição podem, e em geral são, inacessíveis a muitos grupos de cidadãos. Aqueles que não controlam a televisão ou o rádio, ou os que não tem capacidade econômica para se expressar, podem ter um acesso muito limitado ao poder público.<sup>24</sup> (tradução nossa)

---

<sup>23</sup> SUNSTEIN, Cass. Republic.com 2.0. New Jersey: Princeton University Press, 2007. p. 22-23.

<sup>24</sup> GARGARELLA, Roberto. El derecho a la protesta – el primer derecho. Buenos Aires: Ad-Hoc, 2005. p. 31.

## 2. O PROJETO DE LEI Nº 6.268/2009 E SUAS REFLEXÕES

### 2.1 PROCESSO LEGISLATIVO

Inicialmente, é importante esclarecer a série de atos para que uma proposição<sup>25</sup> vire uma norma jurídica. Este “caminho” é o denominado Processo Legislativo. Especificamente acerca do rito de um projeto de Lei Ordinária, o que ocorre é que ele pode ser apresentado tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal. A iniciativa está prevista no artigo 61, da Constituição Federal:

Art. 61- A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

O local de início de sua tramitação é denominado “Casa Iniciadora”. Nela, o projeto é analisado pelas Comissões e/ou pelo Plenário (neste último caso, só em situações específicas):

São duas as formas de apreciação: a conclusiva, quando os projetos são apreciados somente pelas Comissões, que têm o poder de aprová-los ou rejeitá-los, sem ouvir o Plenário; e a realizada pelo Plenário propriamente dita, quando este é quem dá a palavra final sobre o projeto, após a análise das comissões.

O Regimento estabelece (art. 24, II) quando o projeto será conclusivo nas Comissões ou se deverá também ser apreciado pelo Plenário. De forma geral, os projetos que afetam direitos constitucionais mais delicados, como o direito à vida e à liberdade, entre outros, deverão passar pelo crivo do Plenário.<sup>26</sup>

As referidas comissões podem ser permanentes, temporárias ou de inquérito. Suas atribuições estão previstas na Constituição Federal e no Regimento Interno (Da Câmara ou do Senado, conforme o caso).

No momento em que um projeto de lei é apresentado na Câmara ou no Senado, a Mesa Diretora, responsável pela direção dos trabalhos legislativos e dos serviços administrativos da Casa, estabelece para qual Comissão o projeto de lei seguirá para ser analisado. Por exemplo: se o projeto de lei tratar sobre Previdência, é encaminhado para a Comissão de Seguridade

---

<sup>25</sup> Ver o artigo 59, da Constituição Federal de 1988.

<sup>26</sup> CÂMARA DOS DEPUTADOS. Atividade Legislativa. Comissões. O Papel das Comissões. Disponível em: <<<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/o-papel-das-comissoes>>>. Acesso em 15 de novembro.

Social. Na comissão, o presidente desta designa um parlamentar para ser o responsável em elaborar um Parecer acerca do projeto apresentado. Deste Parecer, origina-se um relatório, que irá ser apreciado. O texto do projeto de lei toma a forma do que foi debatido na Comissão: acatando-se ou não o posicionamento do relator, apoiando-se em posicionamento de outro parlamentar, promovendo alterações no texto do projeto ou do relatório, etc.<sup>27</sup>

O próximo passo é ser encaminhado para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Nela, é feita uma análise de mérito, observando se o referido projeto de lei está imbuído de constitucionalidade.

Após, o projeto será discutido na “Casa Revisora”, sendo analisado em suas respectivas Comissões (e passando pelo Plenário, se necessário). Só então o projeto é conduzido para decisão do Presidente da República, que pode sancionar – aprovar o projeto, que segue para publicação e torna-se lei – ou vetar. O veto deve ser debatido e votado pelo Legislativo. O veto pode ser derrubado, e então o projeto segue para ser publicado, ou o projeto é arquivado.

## 2.2 PL Nº 6.268/2009

No dia 21 de outubro de 2009 o deputado federal pelo estado de Alagoas, Maurício Quintella Lessa, filiado ao Partido da República, apresentou perante a Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 6.268/2009, que visa acrescentar o artigo 312-A à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), com a finalidade de tipificar o crime de obstrução “indevida” de via pública. Depois de passar por todas as comissões da Câmara, atualmente este projeto de lei encontra-se pronto para votação no plenário.

A justificativa do deputado Maurício Quintella para a criação do referido projeto de lei é a de que o bloqueio indevido de vias públicas no Brasil tem se tornado rotineiro. O deputado Quintella enfatiza que as práticas de bloqueios de vias públicas, incluídas as de manifestações de cunhos sociais ou políticos, seriam práticas perigosas e prejudiciais a segurança do trânsito, agravando o risco de acidentes por exemplo, e gerando prejuízos na esfera econômica das pessoas que seriam direta ou indiretamente atingidas pela situação. Para o deputado, as sanções já previstas no Código de Trânsito Brasileiro (CTB) seriam insuficientes, fazendo-se necessária a tipificação como crime das referidas condutas.

---

<sup>27</sup> MOVIMENTO PELA EQUIPARAÇÃO DA LGBTFOBIA AO RACISMO. Como é elaborado um projeto de lei. Disponível em: <<<http://www.plc122.com.br/projeto-de-lei/#axzz4Q5GCSAp9>>>. Acesso em 18 de outubro de 2016.

Após a apresentação do referido projeto de lei na Câmara dos Deputados, este foi encaminhado para a Comissão de Viação e Transporte. O relator, Deputado Lúcio Vale, opinou pela aprovação do referido projeto de lei, apoiando a necessidade de maior rigor para coibir as condutas de bloqueio de vias públicas. Assim como o deputado Quintella, citou a onda crescente de manifestações populares como justificativa.

Em 09 de outubro de 2011, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), o relator inicial, Deputado Luiz Couto, opinou no sentido de que a proposta legislativa se apresentava em conformidade ao artigo 22, XI, da Constituição Federal, que estabelece, dentre as competências privativas da União, a de legislar sobre trânsito e transporte. Também ressaltou não existir objeção em relação à constitucionalidade material. Porém, o deputado Couto fez observações pertinentes.

Ressaltou os princípios da subsidiariedade e fragmentariedade do Direito Penal, destacando que a pena deve ser o último recurso do Estado, uma vez que obsta a liberdade do cidadão. As medidas punitivas de cunho administrativo, tais quais a suspensão da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e a aplicação de multa já seriam suficientes. Frisou o princípio da intervenção mínima em relação a repressão penal. Aludiu que “o Direito Penal deve ser chamado apenas quando fracassam os outros ramos do Direito”.<sup>28</sup>

Outro ponto importantíssimo trazido no parecer do Deputado Luiz Couto é a ofensa ao princípio da taxatividade<sup>29</sup>, uma vez que o tipo penal suscitado no projeto de lei é aberto:

A criminalização da obstrução da via pública poderia, por exemplo, tolher as manifestações populares, o que cercearia a livre manifestação e liberdade de expressão, garantias fundamentais de todo cidadão, conforme artigo 5º, incisos IV e IX da Constituição Federal.<sup>30</sup>

Por fim, o deputado Couto opinou pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei 6.268/2009 e, no mérito, por sua rejeição.

No decorrer do processo legislativo referente ao projeto de lei em análise, cumpre salientar a ocorrência de seu arquivamento, devido ao fim da legislatura<sup>31</sup>. De acordo com o artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados:

---

<sup>28</sup> Parecer do Relator Deputado Luiz Couto, na Comissão de Cidadania e Justiça.

<sup>29</sup> A norma incriminadora legal deve ser clara e compreensível, de modo que permita ao cidadão a verdadeira consciência acerca da conduta punível pelo Estado.

<sup>30</sup> Parecer do Relator Deputado Luiz Couto, na Comissão de Cidadania e Justiça.

<sup>31</sup> Período de quatro anos, cuja duração coincide com a dos mandatos dos deputados. Começa no dia 1º de fevereiro, data em que tomam posse os senadores e deputados eleitos.

Art. 105- Finda a legislatura, arquivar-se-ão todas as proposições que no seu decurso tenham sido submetidas à deliberação da Câmara e ainda se encontrem em tramitação, bem como as que abram crédito suplementar, com pareceres ou sem eles, salvo as: I - com pareceres favoráveis de todas as Comissões; II - já aprovadas em turno único, em primeiro ou segundo turno; III - que tenham tramitado pelo Senado, ou dele originárias; IV - de iniciativa popular; V - de iniciativa de outro Poder ou do Procurador-Geral da República.

Parágrafo único. A proposição poderá ser desarquivada mediante requerimento do Autor, ou Autores, dentro dos primeiros cento e oitenta dias da primeira sessão legislativa ordinária da legislatura subsequente, retomando a tramitação desde o estágio em que se encontrava.

O referido projeto de lei foi arquivado em 31 de janeiro de 2015. Em 24 de fevereiro de 2015, o deputado Maurício Quintella solicitou o desarquivamento da proposição, com base no parágrafo único do artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Na data de 26 de fevereiro de 2015, o projeto de lei 6.268/2009 foi desarquivado.

O deputado Evandro Gussi foi nomeado Relator substituto na Comissão de Constituição e Cidadania e de Justiça (CCJC), e argumentou que o Estado deve, através do judiciário ou do legislativo, limitar determinados direitos fundamentais, com a justificativa de que um exercício não elimine outro. Em seu Parecer, ressaltou a necessidade de proteção da economia brasileira, argumentando essencialmente que:

O Brasil é um país de estradas. Anualmente, são transportadas mais de 500 mil toneladas de carga a cada quilômetro; mais de 60% do transporte é realizado por meio das rodovias. A economia brasileira é dependente do bom funcionamento do sistema rodoviário”.<sup>32</sup>

Em suma, no decorrer de seu Parecer, o deputado Gussi justificou a existência do projeto de lei devido a prejuízos de ordem econômica. Por fim, votou pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 6.268/2009. Em 18 de agosto de 2015, o Relator substituto teve seu Parecer aprovado.

Interessante complementar que em 25 de agosto de 2015, foi apensado ao Projeto de Lei nº 6.268/2009 o Projeto de Lei 6.021/2016, de autoria do deputado Jair Bolsonaro. Este projeto foi apresentado em 23 de agosto de 2016 e possui por premissa alterar o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de setembro de 1940, que institui o Código Penal. O PL 6.021/2016 visa acrescentar o artigo 262-A ao CP, com pena de reclusão de um a três anos, com causas de

---

<sup>32</sup> Parecer do Relator Deputado Evandro Gussi, na Comissão de Cidadania e Justiça.

aumento de 1/3 (um terço) a 2/3 (dois terços), para casos de obstrução do trânsito de qualquer natureza nas vias terrestres do território nacional.

### 2.3 A SUPOSTA COLISÃO DE DIREITOS E SUAS (POSSÍVEIS) SOLUÇÕES

Além das justificativas apresentadas pelos deputados envolvidos na elaboração do PL 6.268/2009, quais sejam, a proteção da economia e do trânsito, outro argumento muito visado acerca da problemática da obstrução de vias públicas quando da realização de protestos seria o de como analisar especificamente o direito de locomoção das demais pessoas que não estão protestando.

A liberdade de locomoção, prevista no artigo 5º, XV, da Constituição Federal de 1988, estabelece que:

XV- é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens;

A discussão acerca da possibilidade de restrição ou limitação de direitos fundamentais tem como um dos principais pilares o debate acerca da suposta colisão de direitos. Para Steinmetz, “Há colisão de direitos fundamentais quando, in concreto, o exercício de um direito fundamental por um particular, obstaculiza, afeta ou restringe o exercício de um direito fundamental de outro titular”.<sup>33</sup>

O assunto dos bloqueios não é novidade na Argentina. Roberto Gargarella, em seu livro “El derecho a la protesta: el primer derecho” apresenta-nos a situação de protestos com obstrução de vias públicas:

A modalidade de conflito que vou me referir é a de “corte de la ruta” – isto é, tal como conhecemos, a decisão de um grupo de indivíduos de bloquear a passagem em alguma rota nacional com o objetivo de chamar a atenção ao resto dos cidadãos acerca da gravidade de um determinado problema social.<sup>34</sup> (tradução nossa)

A seguir, serão apresentadas diferentes perspectivas referentes ao modo de analisar situações que porventura envolvam direitos fundamentais inseridos em um mesmo contexto,

<sup>33</sup> STEINMETZ, Wilson, Colisão de direitos fundamentais. 2001. p. 139.

<sup>34</sup> “La modalidad del conflicto a la que voy a referirme es la del “corte de la ruta” – esto es, tal como la hemos conocido, la decisión de un grupo de individuos de bloquear el paso en alguna Ruta Nacional con el objetivo de llamar la atención al resto de los ciudadanos acerca de la gravedad de un determinado problema social”. GARGARELLA, Roberto. El derecho a la protesta – el primer derecho. Buenos Aires: Ad-Hoc, 2005. p. 23.



tais quais os referentes aos bloqueios de vias públicas em circunstâncias de manifestações populares. Destacam-se os pensamentos de Ronald Dworkin, Robert Alexy e Roberto Gargarella.

### 2.3.1 O uso dos Princípios

Ronald Dworkin, filósofo do direito norte-americano, apresenta uma crítica ao positivismo analítico de Hart. Para o filósofo inglês Hart, a solução de um caso concreto ocorreria através do decisionismo, conforme a discricionariedade do julgador, havendo, portanto, julgamentos diversos sobre casos semelhantes. A perspectiva de Dworkin enuncia a capacidade de o juiz identificar os princípios adequados para a solução de um caso concreto. Haveria, então, uma única resposta correta.

Dworkin aduz que nos casos em que não há solução através de regras, incidem os princípios jurídicos, de cunho moral, e que impediriam o poder de discricionariedade do juiz Hércules.<sup>35</sup>

Para o autor, as regras não abarcam a resolução dos chamados *hard cases* (casos difíceis). Para estas situações, os princípios são os mais indicados, uma vez que possuem maior grau de flexibilidade. Marcelo Neves esclarece que “[...] Dworkin introduz sobretudo o conceito de princípios como normas ou padrões pertencentes ao sistema jurídico. Os princípios vinculariam os juízes naquele espaço em que as regras não fossem suficientes para a solução do caso”.<sup>36</sup>

De forma objetiva, pode-se dizer que, para Dworkin, as regras são normas aplicadas conforme o “tudo ou nada”. Ou seja, ela é válida ou inválida, sendo a solução do caso ou simplesmente afastada. Os princípios, por sua vez, são dotados de peso e importância: quando se cruzam, em um caso concreto, deve-se definir qual é o mais relevante. Assim, princípios em colisão podem ser válidos de forma concomitante. De forma sucinta, os princípios para Dworkin se relacionam à moralidade da comunidade política e acompanham as transformações históricas.<sup>37</sup>

Bernardo Gonçalves de forma brilhante, explica que:

---

<sup>35</sup> O juiz Hércules seria um juiz ideal, com a intenção de elaborar teorias políticas que poderiam servir como justificações do conjunto de regras constitucionais que são expressamente relevantes ao problema. (MORRISON, 2006, p. 508).

<sup>36</sup> NEVES, Marcelo. Entre Hidra e Hércules: princípios e regras constitucionais como diferença paradoxal do sistema jurídico. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013. p. 52.

<sup>37</sup> *Ibidem*. p. 52-54.

(...) o autor norte-americano afirma a possibilidade de se realizar um esforço no sentido de **compreender o direito** a partir de um esquema único de princípios. Nesse prisma, os direitos fundamentais representam normas protetivas de um mesmo conjunto de liberdade para todos os membros da sociedade, de maneira igualitária. Como tais, os direitos fundamentais expressos nos princípios jurídicos são *trunfos* nas discussões jurídicas e políticas que envolvam *diretrizes políticas* – conjunto de argumentos que beneficiam (social, econômica ou culturalmente) apenas um grupo ou parcela (mesmo que majoritária) da sociedade; isto é, **os direitos fundamentais trazem um interesse universalizante**, e, por isso mesmo, racionalmente aceito por todos os membros da sociedade, razão pela qual derrubam decisões que veiculem apenas benefícios parciais. A construção de tal **esquema de princípios** coerentes é de fato uma tarefa *hercúlea*, mas não impossível; seu trabalho é sensivelmente reduzido através de uma análise da história institucional daquela sociedade, principalmente à luz de *paradigmas jurídicos*, que balizam sua visão dentro da gramática de práticas sociais compartilhadas intersubjetivamente por todos os membros e partícipes daquela sociedade, reduzindo, assim, a complexidade da tarefa de redefinição das relações de *primazia* – e não de **preferência** – entre as normas, de forma que estas são postas em relação dentro de uma ordem transitiva.<sup>38</sup> (grifos do autor)

### 2.3.2 O uso da proporcionalidade e da ponderação

Outra vertente assume como verdadeira a existência de colisões entre direitos fundamentais, e utiliza-se da técnica da ponderação de princípios para analisá-las. O aplicador do direito, quando à frente de um caso concreto, teria a capacidade de concluir por uma justificação racional.

Robert Alexy, filósofo alemão e expoente dessa corrente, apresenta uma teoria dos princípios que se coaduna com o uso da proporcionalidade.<sup>39</sup>

Como bem sintetiza Marcelo Neves:

[...] Alexy define os princípios como “mandamentos de otimização, que **são caracterizados por poderem ser satisfeitos em graus variados** e pelo fato de que a medida devida de sua satisfação não depende somente das possibilidades fáticas, mas também das possibilidades jurídicas” sendo “o âmbito das possibilidades jurídicas determinado pelos princípios e regras colidentes”.<sup>40</sup> (grifos nossos)

<sup>38</sup> FERNANDES, Bernardo Gonçalves. Curso de Direito Constitucional. Editora JusPodivm. 2015. p. 347.

<sup>39</sup> NEVES, Marcelo. Entre Hidra e Hércules: princípios e regras constitucionais como diferença paradoxal do sistema jurídico. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013. p. 65.

<sup>40</sup> *Ibidem*. p. 64.

Alexy também alerta para a existência das exceções, que não seriam passíveis de uma enumeração taxativa, uma vez que novas exceções podem surgir a cada caso concreto.<sup>41</sup>

No mesmo sentido de utilizar-se da ponderação como método resolutivo aparece Regina Ferrari, entendendo que:

É pela ponderação que se poderá chegar à solução da colisão entre direitos fundamentais ou entre estes e os bens constitucionalmente protegidos, de modo a conferir equilíbrio aos direitos tensionados. É pela interpretação que se terá a reconstrução e a harmonia entre interesses contrapostos, ponderando os fatos concretos a partir da norma, e, por fim, conferindo critérios para uma decisão constitucionalmente adequada.<sup>42</sup>

Interessante ressaltar que Bernardo Fernandes Gonçalves critica o uso da ponderação, por entender que essa técnica fica restrita a visão do magistrado, tornando limitada a decisão por este elaborada:

[...] uma decisão a partir da técnica de “ponderação” **é sempre uma leitura individualista, solipsista e presa a uma visão de mundo apenas – a visão do magistrado decisor.** Tal consequência reduz drasticamente a **legitimidade da decisão**, já que perde de vista a perspectiva, visão, compreensões e argumentos trazidos por aqueles que de fato serão os afetados pela decisão [...].<sup>43</sup> (grifos do autor)

### 2.3.3 Do núcleo da Constituição

Para Gargarella, é certo que o exercício de um direito não comporta a supressão de outro. Mas na situação analisada, ou seja, nos protestos com bloqueios de vias públicas por parte dos manifestantes, o embate entre direitos merece outro olhar. O autor argumenta que a liberdade de expressão seria a coluna dorsal da democracia, e que os efeitos advindos das manifestações com bloqueios deveriam ser tolerados: “A maioria das expressões públicas da cidadania acarretam custos e moléstias para terceiros, que, porém, e em princípio, devem ser tolerados em honra a liberdade de expressão”.<sup>44</sup>

Roberto Gargarella acrescenta que:

<sup>41</sup> NEVES, Marcelo. Entre Hidra e Hércules: princípios e regras constitucionais como diferença paradoxal do sistema jurídico. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013. p. 57.

<sup>42</sup> FERRARI, Regina Maria Macedo Ney. Direito constitucional. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011, p. 545.

<sup>43</sup> FERNANDES, Bernardo Gonçalves. Curso de Direito Constitucional. Editora JusPodivm. 2015. p 346.

<sup>44</sup> “La mayoría de las expresiones públicas de la ciudadanía acarrear costos y moléstias para terceros que, sin embargo, y em princípio, deben tolerarse en honor de la libertad de expresión”. GARGARELLA, Roberto. El derecho a la protesta – el primer derecho. Buenos Aires: Ad-Hoc, 2005. p. 27-28.

[...] se há dezenas de direitos em jogo, como é o que pode acontecer em uma situação de “corte de ruta”, então temos que fazer o máximo esforço para preservar até o final aqueles direitos que estão mais perto do coração da Constituição. Qual seria o coração da Constituição? Segundo entendo, esse núcleo duro tem a ver com as regras básicas do jogo democrático. Creio que nesse núcleo básico, direitos como os vinculados, por exemplo, a livre expressão, ocupam um lugar mais que central”.<sup>45</sup> (tradução nossa)

### 2.3.4 Da desobediência civil

De modo genérico, a desobediência civil pode ser explicada como um mecanismo adotado por cidadãos que não obedecem uma lei do país, com o intuito de revelar de modo público que ela é injusta e merece modificação. O indivíduo age por entender que tem um dever de inovar de maneira construtiva. A desobediência civil possui como mote o argumento de que o cidadão só tem a obrigação de seguir leis justas.

Henry David Thoreau, autor estadunidense, desenvolveu o conceito de Desobediência Civil criando um ensaio, de mesmo nome, após ter essa ideia durante uma noite em que passou na prisão pelo motivo de recusar-se a pagar impostos da época. Thoreau teve essa decisão por ser contra a guerra que os Estados Unidos travavam com o México, e pelo país norte-americano ser adepto da escravidão. Em suma: defendia a desobediência civil como uma forma de posicionamento imbuído de legitimidade perante um estado considerado injusto.

O filósofo do direito norte-americano Ronald Dworkin também discorre acerca do conceito de desobediência civil. Em “Uma questão de princípios”, Ronald Dworkin apresenta a distinção entre desobediência civil e atividade criminosa e entre desobediência civil e guerra civil:

A desobediência civil, quaisquer que sejam as diferenças adicionais que possamos desejar estabelecer nessa categoria geral, é muito diferente da atividade criminosa comum, motivada por egoísmo, raiva, crueldade ou loucura. É também diferente - isso é mais facilmente negligenciado - da guerra civil que irrompe em um território quando um grupo desafia a legitimidade do governo ou das dimensões da comunidade política. A

---

<sup>45</sup> “[...] si hay decenas de derechos en juego, como es lo que puede pasar en una situación de corte de ruta, entonces tenemos que hacer el máximo esfuerzo por preservar hasta el final aquellos derechos que estén más cerca del corazón de la Constitución. ¿cuál sería el corazón de la Constitución? Según entiendo, ese núcleo duro tiene que ver con las reglas básicas del juego democrático. Creo que en ese núcleo básico, derechos como los vinculados, por ejemplo, a la libre expresión ocupan un lugar más que central”. GARGARELLA, Roberto. Carta Abierta Sobre La Intolerancia. Apuntes sobre derecho y protesta. 1ª ed. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2006, p. 22.

desobediência civil envolve aqueles que não desafiam a autoridade de maneira tão fundamental. Eles não veem a si mesmos nem pedem aos outros que os vejam desta forma como pessoas que estão buscando alguma ruptura ou reorganização constitucional básicas. Aceitam a legitimidade fundamental do governo e da comunidade; **agem mais para confirmar que contestar seu dever como cidadãos.**<sup>46</sup> (grifos nossos)

Na obra “Levando os Direitos a Sério”, Dworkin argumenta que “a sociedade não pode manter-se se tolerar toda e qualquer desobediência; daí não se segue, contudo, que ela irá desmoronar se tolerar alguma desobediência, e nem há provas disso”.<sup>47</sup>

Um caso interessante que retrata a questão de desobediência civil é a o das Mães da Praça de Maio (Madres de Plaza de Mayo), que consiste em um grupo de mulheres que se reúnem nas quintas-feiras na Praça de Maio, em Buenos Aires, com a finalidade de exigirem notícias de seus filhos desaparecidos durante a ditadura militar na Argentina, ocorrida entre os anos de 1976 e 1983. Por vezes, essas mães foram compelidas pelos militares à saírem da praça. Porém, *desobedeciam* e lá permaneciam.

Em “Uma questão de princípios”, Dworkin expõe situações de desobediência civil que se tornaram marcantes nos Estados Unidos, e que contribuíram para notáveis mudanças nos entendimentos jurídicos norte-americanos.

De início, cabe lembrar a Lei do Escravo Fugitivo, aprovada pelo Congresso norte-americano, que através de cunho impositivo, proibia a ajuda conferida à escravos foragidos que tentavam escapar. Conforme Dworkin, muitas pessoas violaram essa lei porque suas consciências não permitiam que elas a acatassem.<sup>48</sup>

Outra questão envolvia as testemunhas de Jeová, que devido a sua crença, eram proibidas de saudar uma bandeira. Ocorre que em muitos Estados americanos, exigia-se que as crianças saudassem a bandeira norte-americana no início do dia nas escolas. Houve recusa de testemunhas de Jeová em obedecerem a referida lei, e a partir daí, desencadearam-se decisões acerca do tema.

Expoente da desobediência civil nos Estados Unidos, Martin Luther King Junior, um dos maiores líderes do movimento dos direitos civis dos negros nos Estados Unidos e no mundo, recebeu o prêmio Nobel da paz em 1964 por pregar o combate à desigualdade racial através da não violência.

Um episódio que marca o uso da desobediência civil por Luther King é o do boicote aos ônibus de Montgomery, no Alabama, que visava protestar contra a segregação racial vigente

<sup>46</sup> Dworkin, Ronald. Uma questão de princípios. p. 155.

<sup>47</sup> Dworkin, Ronald. Levando os direitos a sério p. 316.

<sup>48</sup> *Ibidem*. p. 153.

em relação aos transportes públicos. O protesto tomou forma quando, no ano de 1955, Rosa Parks, uma mulher negra, se recusou a entregar seu assento em um ônibus para uma mulher branca, e foi presa por isso.

Também cabe falar dos casos de recrutamento para a Guerra do Vietnã, que envolviam questões de cunho moral e jurídico. Os protestos possuíam, como exemplos de objeções morais, o fato de o Estados Unidos empregarem armas e táticas imorais no Vietnã e pelo fato de a guerra não ter sido endossada por voto deliberado, refletivo e em aberto dos representantes do povo.<sup>49</sup>

Outro importante marco da desobediência civil ocorreu através de Mahtma Ghandi, que lutou contra a segregação racial na África do Sul e a favor da independência da Índia. Nos protestos, que ocorriam através de atos pacíficos, mesmo quando havia repressão, os manifestantes não reagiam, dando ênfase ao caráter de não violência de seu movimento. Cumpre ressaltar a desobediência perpetrada por Gandhi em relação às Leis do Sal, frente ao colonialismo britânico, que resultou na famosa Marcha do Sal: os britânicos monopolizavam a produção de sal na Índia, e a imposição de os indianos não poderem produzir seu próprio sal atingia mais fortemente as camadas carentes da população:

Naquela época, os indianos eram obrigados a comprar produtos industrializados da Inglaterra, sendo proibidos inclusive de extrair o sal em seu país. O apóstolo da não violência queria acabar com o monopólio que o Império Britânico havia imposto sobre o sal, símbolo do colonialismo para os indianos.

A Marcha do Sal contagiou não só a Índia, mas comoveu a opinião pública de todo o mundo. O homem magro, de pequenos óculos redondos, pregador da resistência pacífica, conseguiu mobilizar uma grande ação de desobediência civil que levou, 17 anos mais tarde, à independência da Índia do colonialismo britânico, que havia se iniciado no século 18.<sup>50</sup>

---

<sup>49</sup> DWORKIN, Ronald. Levando os direitos a sério. p. 318-319

<sup>50</sup> TERRA. 1930: Gandhi inicia a Marcha do Sal. Disponível em: << <https://noticias.terra.com.br/1930-gandhi-inicia-a-marcha-do-sal,b02bd7bf77c0c410VgnCLD200000b2bf46d0RCRD.html>>>. Acesso em 19 de novembro de 2016.

### 3. O ÂMBITO DE ATUAÇÃO DO DIREITO PENAL

Conforme preleciona Eugenio Raúl Zaffaroni:

O homem sempre aparece em sociedade interagindo de maneira muito estreita com outros homens. Reúnem-se dentro da sociedade em grupos permanentes, alternativa ou eventualmente coincidentes ou antagônicos em seus interesses e expectativas (...).<sup>51</sup>

Aliado ao espírito coletivo de convivência, inclui-se o direito de manifestar-se livremente. Como já suscitado no decorrer deste trabalho, no contexto de protestos com situações de bloqueio das vias públicas mais de um direito aparece em jogo. Cabe agora analisar a real (des) necessidade de o Direito Penal entrar em ação.

Consoante dispõe o projeto de lei ora analisado, seria adicionado ao Código de Trânsito Brasileiro um novo tipo penal. De acordo com Zaffaroni:

[...] o tipo penal é um instrumento legal, logicamente necessário e de natureza predominantemente descritiva, que tem por função a individualização de condutas humanas **penalmente relevantes** (por estarem penalmente proibidas) ”<sup>52</sup> (grifos nossos).

O bloqueio de vias públicas, principalmente no contexto de manifestações populares, não deve de maneira alguma ser tutelado pelo Direito Penal. A obstrução de passagem de pedestres e veículos não podem por si só serem consideradas bens jurídicos penalmente relevantes. A justificativa de prejuízo econômico, trazida exaustivamente à tona no esboço do Projeto de Lei nº 6.268/2009, também não deve ser levada em conta como argumento: o prejuízo econômico não é uma consequência lógica. Logo, não deve ser suficiente como fundamento a ensejar a propositura de um projeto de lei que visa tornar crime um ato que não é dotado de violência, dano ou perigo concreto.

O argumento de assegurar a economia brasileira, trazido pelo deputado Quintella ao embasar seu projeto de lei, e enfatizado pelos pareceres dos deputados Luiz Couto e Evandro Gussi, também é uma questão mencionada por Gargarella:

[...] estamos comprometidos com algumas coisas que são ainda mais importantes que a hipotética – já que nunca segura – realização da eficiência econômica. Quer dizer, reconhecemos que a eficiência econômica é importantíssima para melhorar a proteção e satisfação dos direitos, mas ao

---

<sup>51</sup> ZAFFARONI, Raul Eugenio. Manual de direito penal brasileiro. Editora Revista dos Tribunais. 2011. p. 62.

<sup>52</sup> *Ibidem*. p. 387.

mesmo tempo afirmamos que **nem sequer em nome da eficiência econômica podem remover-se alguns direitos básicos.**<sup>53</sup> (grifos nossos)

Ademais, é indispensável ressaltar o chamado Princípio da Intervenção Mínima (também conhecido como Princípio da Subsidiariedade ou da *ultima ratio*), que integra o princípio limitador do *jus puniendi* estatal. Conforme Cezar Roberto Bitencourt, o princípio da intervenção mínima indica que:

[...] a criminalização de uma conduta só é legítima se constituir meio necessário à proteção de determinado bem jurídico. Se outras formas de sanção ou outros meios de controle social revelarem-se suficientes para a tutela desse bem, a sua criminalização é inadequada e não recomendável. Se para o restabelecimento da ordem jurídica violada forem suficientes medidas civis e administrativas, são essas que devem ser empregadas e não as penais.<sup>54</sup>

Também se faz necessário destacar o Princípio da Fragmentariedade: corolário da intervenção mínima, segundo ele, nem todas as condutas que lesionam bens jurídicos merecem a tutela penal, mas somente as condutas que afetam de modo mais violento os bens jurídicos mais relevantes para a sociedade.

Fernando Alves alerta que:

A modernização do Direito Penal está associada a uma ampliação dos conteúdos punitivos, para além dos limites estritos até então conferidos pelo ordenamento jurídico à intervenção de normas penais. Essa expansão desenvolve-se na sociedade de risco sob a forma de criminalização de novas condutas, para situações até então não tipificáveis e fora do âmbito de aplicação de regras penais [...].<sup>55</sup>

Mesmo havendo uma insuficiência no debate da questão dos bloqueios, e mesmo existindo opiniões sobre sua legitimidade completa ou ponderada, é certo que as sanções administrativas seriam as mais adequadas para cuidar da questão de obstrução de vias públicas em casos de excesso. Nos casos de obstruções de vias públicas advindas de

---

<sup>53</sup> “[...] estamos comprometidos com algumas cosas que son todavía más importantes que el hipotético - ya que nunca seguro – logro de la eficiencia económica. Es decir, reconocemos que la eficiencia económica es importantísima aun para merojar la protección y satisfacción de los derechos, pero al mismo tiempo afirmamos que ni siquiera en nombre de la eficiencia económica pueden remover-se algunos derechos básicos”. GARGARELLA, Roberto. Carta aberta sobre la intolerância – sobre derecho y protesta. Buenos Aires: Siglo XXI, 2006. p. 22.

<sup>54</sup> BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal – volume 1. 11ª edição. São Paulo, Editora Saraiva, 2007. p. 13.

<sup>55</sup> ALVES, Fernando Antônio da Silva. Movimentos Sociais e Concretização Constitucional. Editora Lumen Juris, Rio de Janeiro, 2013. p. 77.



manifestações populares, havendo a comunicação prévia para as autoridades, não há motivo para trazer à tona inclusive as sanções de cunho administrativo.

Já existe previsão legal para casos em que as ações de bloqueios de vias públicas ocorram de forma totalmente indevida, realizando-se através de sanções administrativas, e não penais. O Código de Trânsito Brasileiro traz em seu artigo 245 a indicação de infração grave e multa quando da utilização da via para depósito de mercadorias, materiais ou equipamentos sem a devida autorização do órgão competente:

Art. 245- Utilizar a via para depósito de mercadorias, materiais ou equipamentos, sem autorização do órgão ou entidade de trânsito com circunscrição sobre a via:

Infração – grave;

Penalidade - multa;

Medida administrativa - remoção da mercadoria ou do material.

Parágrafo único. A penalidade e a medida administrativa incidirão sobre a pessoa física ou jurídica responsável.

Já o artigo 246 do Código de Trânsito Brasileiro pune com infração gravíssima aquele que deixar de sinalizar o bloqueio da via ou obstruí-la de forma indevida:

Art. 246- Deixar de sinalizar qualquer obstáculo à livre circulação, à segurança de veículo e pedestres, tanto no leito da via terrestre como na calçada, **ou obstaculizar a via indevidamente:**

Infração - gravíssima;

Penalidade - multa, agravada em até cinco vezes, a critério da autoridade de trânsito, conforme o risco à segurança.

Parágrafo único. A penalidade será aplicada à pessoa física ou jurídica responsável pela obstrução, devendo a autoridade com circunscrição sobre a via providenciar a sinalização de emergência, às expensas do responsável, ou, se possível, promover a desobstrução. (grifos nossos)

Ou seja, de início, não é cabível o argumento de que inexistam sanções para aqueles que bloqueiam vias públicas de maneira inapropriada. Em segundo lugar, a não aplicabilidade efetiva das normas já previstas no Código de Trânsito Brasileiro não valida a resposta penal de imediato.

Zaffaroni ainda afirma que:

As relações entre o direito penal e o direito administrativo tornaram-se problemáticas. Uma tendência – no geral autoritária – pretende ampliar o campo de atuação do direito administrativo às expensas do direito penal;

outra tendência, ao contrário, **penaliza verdadeiras questões administrativas.**<sup>56</sup> (grifos nossos)

A jurista espanhola Ana Isabel Pères Cepeda confia que o direito penal não fornece instrumentos adequados à reparação de danos produzidos em certos âmbitos, e que meios alternativos são mais desejáveis sempre que possível.<sup>57</sup>

Em circunstâncias de protesto com bloqueios como os de estradas e ruas, por exemplo, as autoridades possuem uma pluralidade de respostas possíveis. A resposta através do Direito Penal é apenas uma das existentes, e deve ser a última a ser aplicada. O uso legítimo do poder coercitivo do Estado deve descartar a resposta insensível encontrada no Direito Penal perante as situações de protestos populares.

Ademais, outro apontamento a ser feito se refere àqueles que deslegitimam as manifestações pacíficas, tais como os indivíduos que se aproveitam das aglomerações para cometer delitos. Por vezes, observa-se que durante protestos pacíficos, certas pessoas agem de forma a cometer crimes, como os de dano ao patrimônio público ou privado, previstos no Código Penal:

Art. 163: Destruir, inutilizar ou deteriorar coisa alheia:  
Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa.

Há ainda, o dano qualificado, previsto no inciso III:

Art. 163, II: Contra o patrimônio da União, Estado, Município, empresa concessionária de serviços públicos ou sociedade de economia mista;  
Pena - detenção, de seis meses a três anos, e multa, além da pena correspondente à violência.

Ou seja, em casos em que durante uma manifestação pacífica alguns integrantes específicos ou aqueles que se aproveitam do momento do protesto e se “infiltram” para cometer delitos, a resposta do Estado deve ser feita diretamente a estes cidadãos que denigrem o movimento. Obviamente, as ocasiões de protestos populares não são uma carta branca para os manifestantes agirem de qualquer maneira. Nesta esteira, Roberto Gargarella preleciona que:

<sup>56</sup> ZAFFARONI, Raul Eugenio. Manual de direito penal brasileiro. Editora Revista dos Tribunais. 2011. p. 148.

<sup>57</sup> Apud. ALVES, Fernando Antônio da Silva. Movimentos Sociais e Concretização Constitucional. Editora Lumen Juris, Rio de Janeiro, 2013. p. 85.

[...] Diante disso, as autoridades públicas deveriam simplesmente separar esta pessoa do resto e repreendê-la de maneira apropriada (o qual, vale destacar, não significa dizer que a única maneira de repreender seja mandando-a para a prisão, como muitos juízes argentinos têm tendido a pensar a respeito dessas infrações).<sup>58</sup> (tradução nossa)

Se por um lado os delitos que porventura ocorram ao longo das manifestações não devem ser desconsiderados, por outro, as condutas de determinados indivíduos não podem descaracterizar o propósito da reunião de manifestantes. Gargarella aponta que “ [...] a necessidade de frear certos abusos não deve ser utilizada como meio de limitar o direito dos manifestantes em tornar audíveis suas queixas”.<sup>59</sup>

Assim, é certo que as condutas delituosas, como as citadas acima, já são tipificadas pelo Direito Penal. Os atos que extrapolam o contexto apropriado têm a sua resposta. De maneira oposta estão os atos de bloqueios de ruas, pois tais atos não devem estar sob o manto do Direito Penal, uma vez que é justamente nas ruas, praças e parques que a expressão pública de cidadania toma forma.<sup>60</sup> Protestar bloqueando vias não é crime: é apenas uma tentativa de chamar a atenção para as reivindicações do caso concreto.

Apesar das manifestações públicas causarem quase sempre algum tipo de moléstia (sujeira nas ruas pela distribuição de panfletos, lentidão ao trânsito de veículos etc.) elas devem ser toleradas em honra à liberdade de expressão (e tais moléstias devem ainda ser contornadas pelas autoridades públicas que devem organizar o trânsito, por exemplo).<sup>61</sup>

Assim, os “incômodos” decorrentes das manifestações requerem não o rechaçamento pelas autoridades, mas sim seu suporte para que a situação seja melhor resguardada. O fechamento das vias públicas não é motivo para limitar o direito de protesto, uma vez que um dos objetivos principais destes atos são tentativas de terem atenção. Os delitos que algumas vezes se cometem nesses atos de protesto (como a eventual quebra de patrimônio público, por exemplo) devem ser reprovados. Mas esses excessos não podem impedir a continuação das expressões públicas de cidadania.<sup>62</sup>

<sup>58</sup> “[...] Ante esto, las autoridades públicas deberían simplemente separar a esta persona del resto y reprenderla de manera apropiada (lo cual, vale subrayar, no significa decir que la única manera de reprenderla es mandándola a prisión, como muchos jueces argentinos han tendido a pensar respecto de esas infracciones) ”. GARGARELLA, Roberto. Carta aberta sobre la intolerância – sobre derecho y protesta. Buenos Aires: Siglo XXI, 2006. p. 107.

<sup>59</sup> “[...] la necesidad de poner coto a ciertos abusos no debe utilizarse como vía para limitar el derecho de los manifestantes a tornar audibles sus quejas”. GARGARELLA, Roberto. El derecho a la protesta – el primer derecho. Buenos Aires: Ad-Hoc, 2005. p. 45.

<sup>60</sup> GODOY, Miguel Gualano de. Constitucionalismo e Democracia: uma leitura a partir de Carlos Santiago Nino e Roberto Gargarella. São Paulo: Saraiva /FGV, 2012. p. 163

<sup>61</sup> *Ibidem*.

<sup>62</sup> GARGARELLA, Roberto. El derecho a la protesta – el primer derecho. Buenos Aires: Ad-Hoc, 2005. p. 29

O argumento de que todos os direitos possuem limites não merece uma análise simplista e de justificativa singular. A discussão deve envolver questionamentos tais quais: “qual é o limite? ”, “quem o regula? ”, “quando ele aparece? ”. Ou seja, a questão das balizas que envolvem o direito de protesto e seus limites ainda possui aspectos vagos e abstratos. Gargarella adentra esta seara: “Qual é o limite? É minha palavra, a palavra do presidente, a opinião da maioria? Ou está nas preferências particulares do juiz? ”.<sup>63</sup>

O discurso de resguardar o trânsito e a mobilidade das vias públicas tem sido de repressão e criminalização, mesmo nos casos em que os manifestantes obstruem as vias de forma pacífica. Ocorre que os indivíduos que não estão manifestando “sofrem” por minutos ou horas; os que estão manifestando podem estar sofrendo há anos. Segundo a pesquisadora da Universidade Federal do Ceará e da Frente de Luta por Moradia Digna, Valéria Pinheiro: “Na balança, não se compara um incômodo momentâneo de quem vai chegar atrasado com o protesto de uma multidão, que visa direitos coletivos”.<sup>64</sup>

Observa-se a falta de diálogo, auxílio e primordialmente segurança no respeito à garantia constitucional de liberdade de expressão, reunião e associação de cunhos pacífico. Em suma: os “malabarismos jurídicos” fazem com que o Estado criminalize os atos diretos e indiretos de protestar, e que apresente uma aplicação arbitrária de leis.

Outra opinião que demonstra preocupação com o Projeto de Lei 6.268/2009 e de seu impacto na órbita da liberdade de expressão é a do presidente da Comissão de Estudos Constitucionais da OAB-CE, Fábio Zech. Para ele, o projeto aparenta criminalizar a conduta de fechamento de vias de forma ampla (...). Pelo direito penal, baseado no princípio de intervenção mínima, devem ser crime as condutas realmente relevantes, que afetam bens jurídicos relevantes. Para Zech, a lei permitirá a detenção de manifestantes que fecham ruas para reivindicar direitos, comprometendo “em demasiado” o direito de expressão e de liberdade garantidos pela Constituição.<sup>65</sup>

<sup>63</sup> “Cuál es el límite? ¿Es mi palabra, a palabra del presidente, lá opinión de la mayoría? O está em las preferencias particulares del juez? ”. GARGARELLA, Roberto. Carta aberta sobre la intolerância – sobre derecho y protesta. Buenos Aires: Siglo XXI, 2006. p. 18.

<sup>64</sup> O POVO ONLINE. Fortaleza. Projeto que prevê pena de prisão para quem fechar rua poderá criminalizar direito de manifestação Advogados ouvidos pelo O POVO Online questionam constitucionalidade do projeto de lei e citam direito de manifestação, afetado pela proposta aprovada na CCJ. Representantes de movimentos sociais criticam medida. Disponível em: << <http://www.opovo.com.br/app/fortaleza/2015/08/21/noticiafortaleza,3491764/projeto-de-pena-de-prisao-para-quem-fechar-rua-afetara-manifestacoes.shtml> >> Acesso em 3 de novembro de 2016.

<sup>65</sup> *Ibidem*.

Gargarella declara que a postura repressiva e restritiva dos direitos é favorecida também por muitos constitucionalistas, sempre prontamente dispostos a apelar para o direito penal frente as menores perturbações da ordem.<sup>66</sup>

Cabe acrescentar que o Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, conjuntamente com a Conectas Direitos Humanos (associação civil sem fins lucrativos), apresentaram um ofício no dia 5 de agosto de 2013 ao Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, Fernando Grella Vieira, com o objetivo de fiscalizar o respeito ao direito de reunião no Estado de São Paulo. No documento, ressaltaram, dentre outras considerações, que o direito de reunião pode acarretar, de forma lícita, a interrupção do trânsito, independentemente da densidade do fluxo de veículos da via pública ocupada ou até mesmo do tempo de duração da reunião. Afirmaram que o Estado deve tolerar esses inconvenientes urbanos, pois eles integram o exercício de direito.<sup>67</sup>

---

<sup>66</sup> “Notablemente, dicha postura repressiva y restrictiva de los derechos resulta favorecida, también, por muchos constitucionalistas, siempre prontamente dispuestos a apelar al derecho penal frente a las menores disrupciones del orden”. GARGARELLA, Roberto. El derecho a la protesta – el primer derecho. Buenos Aires: Ad-Hoc, 2005. p. 76.

<sup>67</sup> Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Núcleo especializado de cidadania e direitos humanos. Ofício. Disponível em: <<[http://www.conectas.org/arquivos/editor/files/Recomenda%C3%A7%C3%A3o%20-%20direito%20de%20reuni%C3%A3o\\_Defensoria\\_Conectas\(1\).pdf](http://www.conectas.org/arquivos/editor/files/Recomenda%C3%A7%C3%A3o%20-%20direito%20de%20reuni%C3%A3o_Defensoria_Conectas(1).pdf)>>. Acesso em 09 de outubro de 2016.

#### 4. ANÁLISE DE JULGADOS

Em que pese a ausência de jurisprudências consolidadas acerca da temática de manifestações que envolvam atos de bloqueios de vias públicas, existem alguns exemplos no âmbito do judiciário que se alinham ao escopo democrático.

No Espírito Santo, a concessionária de rodovias Concessionária Rodosol S/A entrou com um pedido de liminar em face de duas representantes da ONG Transparência Capixaba para impedir a realização de uma manifestação na Rodovia do Sol (ES-060) na data de 03 de agosto de 2013. A concessionária argumentava a ocorrência de uma possível invasão da pista por parte dos manifestantes e a consequente interrupção do tráfego de veículos. O pedido foi negado pela juíza Ângela Cristina Celestino de Oliveira, da 1ª Vara Cível de Guarapari:

Trata-se de ação de 'interdito proibitório' proposta pela **CONCESSIONÁRIA RODOVIA DO SOL S/A** em face **ERINEIA LIMA** e **RAQUEL DE TAL**, enquanto pessoas que se apresentam como representantes da ONG Transparência Capixaba, objetivando a concessão de liminar para obstar eventual invasão ou bloqueio do sistema de pedágio da Rodovia do Sol, preservando a praça, acostamentos, faixas de domínio, pistas de rolamento, acessos, refúgios, posto de atendimento e instalações, sob o argumento de que há indícios veementes de mobilização da comunidade local e adjacentes para invasão da pista e paralização dos serviços e do tráfego no próximo dia 03/08/2013 (sábado) a partir das 15 horas.

Sustenta a demandante que por força do contrato de concessão vigente desde 1998 tem a obrigação de preservação e manutenção da via, cujo exercício encontra-se ameaçado pelas convocações veiculadas em redes sociais e através de panfletos fartamente distribuídos.

Invocando como substrato legal o art.1210 do CC e o art. 932 do CPC, pugna pela concessão de liminar com fixação de multa coercitiva em caso de eventual descumprimento e expedição de ofício às autoridades policiais locais para suporte e operacionalização da ordem judicial a ser cumprida por oficial de justiça plantonista.

##### **DECIDO.**

Não obstante os argumentos autorais de que o caso se afiniza com as chamadas tutelas de evidência, concluo de forma oposita, na medida em que não antevejo, ao menos em cognição sumária, a necessidade de intervenção jurisdicional, pois as providências almejadas pela concessionária poderão ser buscadas e implementadas junto às autoridades policiais, notadamente, a polícia militar cuja missão legal preventiva se mostra suficiente e adequada para atender a situação relatada.

Ademais, a análise do conteúdo do panfleto que acompanha a peça de ingresso (fls.28) não reproduz, no sentir deste juízo, sinais de ameaça concreta ou velada que possa justificar a intromissão do Estado-Juiz, ainda que se conceba a atuação jurisdicional preventiva, cuja intervenção não prescinde de provas mínimas, no caso, inexistentes.

Contudo é de conhecimento público e notório o empenho pessoal da e. Presidência do Tribunal de Justiça deste Estado na condução democrática e pacífica das recentes situações vivenciadas em diversos manifestos, o que recomenda, salvo entendimento mais autorizado da autoridade hierárquica,

seja comunicado ao Excelentíssimo Desembargador Pedro Valls Feu Rosa o teor da presente decisão encaminhando, inclusive, cópia da inicial. Expeça-se, igualmente, ofício ao CEL PM COMANDANTE DO 10º BATALHÃO DA POLICIA MILITAR dando-lhe ciência formal da manifestação programada para o próximo dia 03/08/2013, encaminhando cópia do panfleto e solicitando especial atenção à situação noticiada. Diligencie-se com urgência. Citem-se e intmem-se as requeridas para apresentação de defesa no prazo de 15 dias com as advertências do art. 285 do CPC. Guarapari, 1º de agosto de 2013.<sup>68</sup> (grifos do autor)

O desembargador Pedro Valls Feu Rosa, presidente do Tribunal de Justiça do Espírito Santo, reiterou a decisão da magistrada Ângela Celestino, enfatizando a preocupação em ver o Judiciário ser acionado para coibir de forma antecipada uma manifestação pública. Ressaltou que sequer existiu comprovação, ainda que mínima, de que a ameaça suscitada seria concreta.

Também destacou a importância do direito de protesto em uma sociedade democrática:

[...] o Direito à manifestação, pacífica e ordeira, é constitucionalmente garantido. Restringir o Direito à manifestação é medida das mais drásticas em um período de normalidade democrática – como é o que vivemos – e, por tal, deve ser tratada com a devida excepcionalidade e rigor jurídico. O Supremo Tribunal Federal já se pronunciou em diversas oportunidades no sentido de que, embora o direito à manifestação possa ser restringido em períodos de crise institucional, ao Estado não é permitido, em período de normalidade, inibir essa garantia, frustrar-lhe os objetivos ou inviabilizá-la com medidas restritivas.<sup>69</sup>

Outro exemplo é o da determinação do juiz federal Magnus Delgado, que proibia manifestantes de interditarem rodovias federais, e que foi suspensa em decisão proferida pelo ministro Herman Benjamim, do Superior Tribunal de Justiça, *in verbis*:

Trata-se de *Habeas Corpus* impetrado contra decisão do Relator do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, que indeferiu liminar em *Habeas Corpus* requerido àquela Corte.

O *mandamus* proposto na origem impugna antecipação de tutela concedida pelo juízo da 1ª Vara da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte, a fim de "assegurar o fluxo normal e contínuo da BR 101, em qualquer parte do seu trecho e em ambas as vias, permitindo apenas eventual manifestação pacífica, serena e ordeira nas marginais da pista, da data de hoje, ou em data futura desde que haja pertinência temática com a lide ora proposta" (fl. 67). Ao indeferir a liminar, o Relator ressaltou que "isso não significa autorização para reprimir eventuais manifestações populares, em si próprias asseguradas constitucionalmente, na medida em que não impliquem obstrução das rodovias federais" (fl. 92).

<sup>68</sup> Decisão. Processo nº 0007414-36.2013/ES.

<sup>69</sup> Despacho. Processo nº 0007414-36.2013/ES.

Os impetrantes relatam que são integrantes do movimento denominado "Revolta do Busão", organizado no Município de Natal/RN e integrado por estudantes universitários e cidadãos em geral, que têm como objetivo protestar contra o aumento da tarifa do transporte público coletivo.

Afirmam que buscam garantir o direito de ir e vir nas vias da cidade, na forma de realização de caminhadas pacíficas.

Pleiteiam a concessão de liminar para determinar que a autoridade coatora "se abstenha de determinar às Polícias que impeçam o Direito de Locomoção dos pacientes e demais participantes da caminhada e movimentação da #RevoltaDoBusão em Natal, no próximo dia 20 de junho, a partir das 17 h" (fl. 41).

Asseveram que o *fumus boni iuris* decorre do que estatuem os arts. 5º, II, LIV e LXIX, da CF/88; 648, I, do CPP; e 1º, 6º, 7º, III, e 10 da Lei 12.016/2009. Suscitam ainda nulidade, por suposto julgamento *extra petita*. No tocante ao *periculum in mora*, invocam a iminência da manifestação programada para ocorrer às 17 horas do dia 20.6.2013, nas proximidades da Prefeitura de Natal.

É o relatório.

Decido.

Os autos foram recebidos neste Gabinete em 20.6.2013.

Acolho a competência da Primeira Seção para julgamento do *Habeas Corpus*, nos termos dos arts. 9º, §1º, incs. XII e XIII; e 13, inc. I, do RISTJ. Sobre os instrumentos utilizados (adequação do *mandamus* do *Habeas Corpus* ou de eventual reintegração de posse), tal questão se confunde com o mérito e com a ideia de proteção à *liberdade de locomoção*.

Cediço que o Remédio heroico é cabível em situações de que resulte possibilidade de ofensa ao "*jus manendi, ambulandi, eundi ultra citroque*":

Ele tutela o direito de ir e vir. *The power of locomotion*. O direito de ficar, de ir e vir de um lugar. Tutela o direito de não ser preso, a não ser em flagrante ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente; o direito de não ser preso por dívida, salvo o caso do alimentante inadimplente; o direito de não ser recolhido à prisão nos casos em que se permite fiança ou liberdade provisória; o direito de não ser extraditado, a não ser nas hipóteses previstas na Magna Carta; o direito de frequentar todo e qualquer lugar, ressalvadas aquelas restrições que podem ser impostas quando da concessão de sursis ou suspensão condicional do processo; o direito de viajar, ausentando-se de sua residência, ressalvadas as restrições de que tratam os arts. 328 e 367 do CPP (Fernando da Costa Tourinho Filho, Processo Penal 4, 33ª ed., São Paulo, Saraiva, 2011, p. 648).

Em análise sumária, entendo preenchidos os requisitos necessários à concessão da liminar, em razão da flagrante ilegalidade da decisão que impede a livre manifestação pacífica em território nacional, direito fundamental inalienável, nos termos do art. 5º, IV, XV e XVI, da CF/1988. Superado, portanto, o óbice da Súmula 691/STF.

Desse modo, não cabe ao Poder Judiciário, previamente, impor o emprego da força policial para reprimir a circulação de cidadãos que buscam o legítimo exercício da cidadania, em prol de melhorias públicas.

O *periculum in mora* está evidenciado pela iminência de possível repressão aos estudantes.

Por tudo isso, **defiro a liminar para garantir a livre manifestação no Município de Natal, no movimento organizado para o dia de hoje.** Comunique-se urgentemente.

Colham-se as informações das autoridades impetradas.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se.



Intime-se.

Brasília (DF), 20 de junho de 2013.<sup>70</sup> (grifos do autor).

No âmbito do Supremo Tribunal Federal, uma Reclamação ajuizada pelo Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais – SIND-UTE – teve seu pedido de liminar concedido, cassando decisão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, que proibia manifestações nos logradouros públicos daquele Estado (Ação Cautelar nº 1.0000.13.041148-1/000 ajuizada pelo Estado de Minas Gerais).

Em sua decisão, o desembargador Barros Levenhagen (TJMG), destacou o caráter relativo do direito de reunião. Pare ele, o exercício desse direito seria limitado pela liberdade de locomoção, do artigo 5º, XV, da Constituição Federal de 1988, pelo dever do Estado de prover a segurança, conforme o artigo 144, da CF, pela restrição imposta ao direito de greve (Lei nº 7.783/89, art. 6º, § 1º) e pela necessidade de se observar a política urbana (Estatuto das Cidades, art. 2º).

A reclamação argumentou que o ato do TJMG teria se contraposto a decisão proferida na ADI nº 1.969/DF, de relatoria do Ministro Ricardo Lewandowski, restringindo o conteúdo do direito fundamental de livre manifestação do pensamento (CRFB/88, art. 5º, IV) e de reunião (CRFB/88, art. 5º, XVI), nos balizamentos feitos pela Corte na supracitada ADI. Ainda, sustentou que o acórdão paradigma assentou que as limitações ao direito de reunião somente poderiam ser veiculadas por lei em sentido formal, e desde que observado o núcleo intangível do aludido direito fundamental, o que não teria acontecido no caso concreto. Aduziu que a decisão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais estaria negando vigência ao direito de reunião e de manifestação de pensamento, resgatando os ideais autoritários do regime militar.

O acórdão paradigma (ADI 1.969/DF) se pronunciou acerca da constitucionalidade de norma distrital, qual seja, o Decreto nº 20.098/99, que vedava a realização de manifestações públicas com a utilização de carros, aparelho e objetos sonoros, na Praça dos Três Poderes, na Esplanada dos Ministérios, na Praça do Buriti e nas vias adjacentes. O Supremo Tribunal Federal declarou a referida norma inconstitucional. O voto do ministro relator, Ricardo Lewandowski, foi acolhido de forma unânime.

Assim, foi concedida liminar na Reclamação 15.887 pelo Ministro Luiz Fux, suspendendo a decisão do desembargador Levenhagen (TJMG), que fixava regras para a realização de passeatas em Minas Gerais:

---

<sup>70</sup> *Habeas Corpus* nº 272.607/RN.

Trata-se, à evidência, de um direito moral, que deve ser reconhecido e protegido, independentemente de juízos morais meramente contingentes ou majoritários em uma determinada comunidade. Justamente por isso, sob um enfoque filosófico, a liberdade de reunião ostenta um status especial, um “peso absoluto”, com relação a razões de bem público, de cariz tipicamente utilitaristas, e a valores perfeccionistas, incompatíveis com o pluralismo existente nas sociedades contemporâneas. Com isso não se pretende afirmar que, sob o prisma jurídico-constitucional, o direito de reunião revista-se de caráter absoluto. Ao revés: o seu exercício pode encontrar-se limitado em virtude da colisão com o conteúdo de outros bens jurídicos de mesma estatura constitucional. Na realidade, o próprio constituinte originário previu expressamente uma restrição ao exercício do direito de reunião, quando decretado o Estado de Defesa (CRFB/88, art. 136, § 1º, I, alínea b).

[...]

No caso *sub examine*, a insatisfação popular com as questões centrais da vida pública, inicialmente veiculada apenas em redes sociais na *internet* – e que, por isso, já permeava o debate público em um espaço no qual não podia ser notada fisicamente –, tomou corpo e se transmutou **em passeatas propositalmente realizadas em locais de grande significação e especial simbolismo, onde essas vozes, antes ocultas, podem ser percebidas com clareza pelos seus alvos**, mercê de contribuírem para a edificação de um ambiente patriótico de reflexão sobre os rumos da nação. Além disso, é fato público e notório a anuência dos poderes constituídos ao movimento popular observado nas ruas, de manifestações em prol da democracia, da probidade e do bom emprego dos recursos públicos. A imprensa escrita e falada dá notícia das declarações de autoridades governamentais exaltando e chancelando o caráter legítimo e democrático de tais protestos, desde que sem vandalismo e depredação do patrimônio público e privado.

[...]

Presente o *fumus boni iuris* quanto à liceidade das passeatas ordeiras, o *periculum in mora* se evidencia pelo fato de que manifestações têm sido realizadas diariamente em diversas cidades do país, de modo que a manutenção da eficácia da decisão impugnada tolhe injustificadamente o exercício do direito de reunião e de manifestação do pensamento por aqueles afetados pela ordem judicial, contrariando o quanto estabelecido pelo Supremo Tribunal.

*Ex positis*, concedo a liminar, cassando a decisão reclamada, nos termos do art. 21, V, do RISTF, **porquanto consideradas legítimas as manifestações populares realizadas sem vandalismo, preservado o poder de polícia estatal na repressão de eventuais abusos**”.<sup>71</sup> (grifos nossos)

Na Áustria, ocorreu um caso interessante que envolvia o bloqueio de uma autoestrada que interliga a Alemanha e a Itália. Uma associação de proteção ambiental, chamada “Transitforum Austria Tirol” planejou uma manifestação entre os dias 12 e 13 de junho, no ano de 1998, na autoestrada Brenner. A intenção era a de sensibilizar o público em geral para as questões de poluição ocasionadas na via e também como forma de estimular as autoridades austríacas a repensarem a situação:

---

<sup>71</sup> Reclamação 15.887.

Em 15 de Maio, esta associação **informou devidamente as autoridades administrativas competentes** (a Bezirkshauptmannschaft em Innsbruck) e a comunicação social que divulgaram a informação aos utilizadores austríacos, alemães e italianos. Considerada lícita à luz do direito nacional pelas autoridades austríacas, esta manifestação decorreu normalmente na data referida e **levou ao corte completo da circulação rodoviária** no Brenner durante trinta horas. A sociedade Schmidberger, especializada no transporte entre a Itália e a Alemanha, intentou uma ação nos tribunais austríacos visando a condenação da Áustria no pagamento de uma indenização, uma vez que considera a Áustria responsável por um entrave à livre circulação de mercadorias contrário ao direito comunitário.<sup>72</sup> (grifos nossos)

A Corte Europeia confirmou a legalidade dessa manifestação pública que bloqueou por cerca de 30 horas a auto estrada Brenner, “que constitui uma das principais vias de comunicação terrestres para as trocas comerciais entre a Europa setentrional e o norte da Itália”, decidindo que “embora seja verdade que uma ação deste tipo acarreta normalmente inconvenientes para as pessoas que nela não participam, em particular, no que respeita à liberdade de circulação, estes podem ser em princípio aceites quando a finalidade prosseguida seja essencialmente a manifestação pública e em formas legais de uma opinião”.<sup>73</sup>

Na Rússia, na data de 18 de março de 2003, Sergei Vladimirovich Kuznetsov enviou um aviso à administração da cidade de Yekateriburg acerca da intenção de realizar um “piquete” em frente ao Tribunal Regional, entre os dias 25 e 28 de março de 2003, entre às 9h e 11h da manhã. O objetivo declarado na ocasião seria o de atrair a atenção do público para violações do direito de acesso a um tribunal. No caso então nomeado de “Sergey Kuznetsov v. Russia”, da Corte Europeia de Direitos Humanos, a Rússia foi condenada por dissolver a referida manifestação:

Por último, como princípio geral, o Tribunal reitera que qualquer manifestação em um local público provoca inevitavelmente um certo grau de perturbação na vida comum, incluindo a interrupção do tráfego, e que é importante que as autoridades públicas demonstrem um certo grau de tolerância para reuniões pacíficas (...) <sup>74</sup> (tradução nossa)

<sup>72</sup> Comunicado de imprensa N.E 50/03, de 12 de junho de 2003.

<sup>73</sup> Acórdão C-112/00.

<sup>74</sup> “Finally, as a general principle, the Court reiterates that any demonstration in a public place inevitably causes a certain level of disruption to ordinary life, including disruption of traffic, and that it is important for the public authorities to show a certain degree of tolerance towards peaceful gatherings (...)”. Acórdão 10877/04.

## CONCLUSÃO

Ante todo o exposto neste trabalho, pode-se chegar as seguintes considerações finais:

As manifestações populares que ocorrem pelas ruas do país fazem parte da história, sendo um fenômeno nacional e internacional, e traduzem as inquietações e descontentamentos dos cidadãos frente a situações que abarcam tanto os cenários políticos, quanto os econômicos e sociais.

No Brasil, as constituições federais anteriores já traziam previsão ao direito de protesto, mas possuíam condicionantes que limitavam os locais das manifestações por parte das autoridades competentes. Atualmente, na vigência da Constituição Federal de 1988, o direito de protesto também é previsto legalmente, e não mais existe a referência expressa acerca de delimitação de local para as reuniões populares acontecerem, sendo necessária apenas a comunicação prévia – não se falando em autorização.

Ainda assim, permanecem dissonâncias acerca do tratamento elaborado por parte do Estado para dispor os direitos que estão em jogo nos casos de manifestações com bloqueio de vias públicas.

Em uma sociedade democrática, os protestos devem ser viabilizados e facilitados por parte do Estado, e não impedidos ou restringidos de forma arbitrária, uma vez que através deles, os cidadãos deixam de apresentar-se de maneira passiva, e passam a ser coautores das decisões e direitos que influenciam suas vidas.

Restou importante ressaltar que os grupos de manifestantes são heterogêneos. Ainda que estejam lado a lado, empenhados por fazerem-se ouvir, não podem ser considerados como um bloco uniforme. Ademais, condutas isoladas de alguns participantes não devem deslegitimar o movimento como um todo.

Em relação à análise da (suposta) colisão de direitos presente nos contextos de manifestações com bloqueios de ruas e estradas, apresentou-se o pensamento de Ronald Dworkin, que clama pelo uso dos princípios nos chamados *hard cases*, enfatizando a importância de analisar-se cuidadosamente a comunidade inserida no caso concreto, levando em conta aspectos como os da transformação histórica. Em suma: acredita que os princípios devem ser observados conforme sua primazia, e não pela preferência do julgador. Critica, pois, o uso da discricionariedade dos juízes.

Outro ponto de vista é o de Robert Alexy, que indica o uso da ponderação e da proporcionalidade do magistrado para julgar casos em que mais de um direito fundamental esteja em voga.

Gargarella, por sua vez, posiciona-se no sentido de que a liberdade de expressão se encontra no núcleo da Constituição, merecendo maior atenção e importância quando estiver presente em análises de direitos tidos como colidentes.

Também foi mencionada a chamada Desobediência Civil, termo criado por Henry Thoreau, e que tem por propósito o uso da desobediência de lei considerada ilegítima ou injusta. Casos como o de Martin Luther King Junior (nos Estados Unidos) e Mahatma Gandhi (Na África do Sul e na Índia) foram marcos de conquistas pacíficas que se utilizaram do conceito de desobediência civil.

Analisando-se o Projeto de Lei nº 6.268/2009, proposto pelo deputado Maurício Quintella, justificamos que os transtornos momentâneos advindos dos bloqueios que abarcam as situações de protestos não devem de forma alguma serem punidos pela órbita do Direito Penal. O excesso repressivo vai de encontro com a *ultima ratio*, ou seja, utilizar-se do aparato penal como último recurso em punições. Implicar de forma lícita a interrupção do trânsito não é hipótese de sanção penal. O direito penal não deve ser usado de forma indiscriminada, devendo tutelar somente bens penalmente relevantes.

Foi explicitado que os protestos têm por essência a necessidade de tirar as pessoas da rotina, de chamar a atenção. E uma forma aplicada pelos manifestantes é a de bloquear a passagem do trânsito em ruas pelas cidades brasileiras. Os inconvenientes pontuais e inofensivos presentes no contexto de manifestações pacíficas devem ser tolerados.

Em casos de excesso ou quando houver cometimento de crimes em circunstâncias de protestos em vias públicas, já existem sanções específicas previstas em nosso ordenamento, tais quais as administrativas, nos artigos 245 e 246, do Código de Trânsito Brasileiro, e as do Código Penal, como as de crime de dano.

Ao apresentar alguns julgados do Brasil, como os casos ocorridos no Espírito Santo, Rio Grande do Norte e Minas Gerais, percebe-se que existem decisões que apontam favoravelmente ao interesse da população em manifestarem-se em locais públicos considerados primordiais para tentarem alcançar seus objetivos.

No âmbito internacional, casos como os descritos na Áustria e na Rússia demonstram que não é recente o entendimento de que protestar em vias públicas, mesmo quando existam “perturbações”, é legítimo.

Em uma sociedade democrática, o espaço público é aquele acessível a todas as camadas da população, e que deve ser constantemente utilizado como forma de fazerem-se ouvir críticas, sugestões e demandas; de chamar a atenção do restante da população para o problema existente como pauta de reivindicação.

Em suma, os direitos que envolvem a temática apresentada ainda carecem de mais estudo e regulamentação. Mas é certo que as relações advindas do direito de protesto e da democracia abalam-se com a atividade punitiva estatal desnecessária. O Estado democrático de direito fragiliza-se quando da aplicação de normas penais em contextos que envolvam manifestações pacíficas, que não merecem de forma alguma serem criminalizadas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Fernando Antônio da Silva. **Movimentos Sociais e Concretização Constitucional**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

ARTIGO 19. **Panorama Geral**. Disponível em: <<<http://protestos.artigo19.org/panorama.php>>>. Acesso em 13 de outubro de 2016.

BRASIL. **Código Penal. Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Disponível em <<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/Del2848.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2848.htm)>>. Acesso em 11 de outubro de 2016.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934**. Disponível em <<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm)>>. Acesso em 10 de outubro de 2016.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946**. Disponível em <<[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao46.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm)>>. Acesso em 10 de outubro de 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967**. Disponível em <<[http://www.planalto.gov.br/CCivil\\_03/Constituicao/Constituicao67.htm](http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm)>>. Acesso em 10 de outubro de 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em <<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>>. Acesso em 10 de outubro de 2016.

BRASIL. **Projeto de Lei 6.268 de 2009**. Disponível em: <<[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=705384&filename=Tramitacao-PL+6268/2009](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=705384&filename=Tramitacao-PL+6268/2009)>>. Acesso em 05 de novembro de 2016.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Habeas Corpus nº 272.607**, Rel. Min. Herman Benjamin, DJe 24/06/2013.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Rcl 15.887**, Rel. Min. Luiz Fux, DJe 21/06/2013.

BITENCOURT, César Roberto. **Tratado de Direito Penal**. Volume 1. 11ª ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Atividade Legislativa. Comissões. **O Papel das Comissões**. Disponível em: <<<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/o-papel-das-comissoes>>>. Acesso em 15 de novembro.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Projetos de Lei e Outras Proposições. **Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Parecer do Deputado Luiz Couto**. Disponível em: <<[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=7F5A577B595575E426F0FC4225BCBE3A.proposicoesWebExterno2?codteor=1029289&filename=Tramitacao-PL+6268/2009](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=7F5A577B595575E426F0FC4225BCBE3A.proposicoesWebExterno2?codteor=1029289&filename=Tramitacao-PL+6268/2009)>>. Acesso em 11 de outubro de 2016.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Projetos de Lei e Outras Proposições. **Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Parecer do Deputado Evandro Gussi**. Disponível em: <<[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1374718&filename=Tramitacao-PL+6268/2009](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1374718&filename=Tramitacao-PL+6268/2009)>>. Acesso em 11 de outubro de 2016.

CHUEIRI, Vera Karam de.; GODOY, Miguel Gualano de.; MACEDO, José Arthur Castillo de. Jornal Gazeta do Povo. **República, democracia e protestos**. Curitiba, p. 01 - 02, 20 jun. 2013.

COMUNICADO DE IMPRENSA. **N.E 50/03**. Acórdão do Tribunal de Justiça no processo C-112/00, 12 de junho de 2003.

CONSTITUCIONALISMO E DEMOCRACIA. **Direito ao protesto: promessa e compromisso com o primeiro direito**. Disponível em: <<<http://constitucionalismoedemocracia.blogspot.com.br/2013/06/direito-ao-protesto-promessa-e.html>>>. Acesso em 07 de novembro de 2016.



CORTE CONSTITUCIONAL DA ESPANHA. **Judgment 66/1995**, página 3.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Núcleo especializado de cidadania e direitos humanos**. Ofício. Disponível em: <<[http://www.conectas.org/arquivos/editor/files/Recomenda%C3%A7%C3%A3o%20-%20direito%20de%20reuni%C3%A3o\\_Defensoria\\_Conectas\(1\).pdf](http://www.conectas.org/arquivos/editor/files/Recomenda%C3%A7%C3%A3o%20-%20direito%20de%20reuni%C3%A3o_Defensoria_Conectas(1).pdf)>>. Acesso em 09 de outubro de 2016.

DICIONÁRIO HOUAISS. **Instituto Antônio Houaiss**. Editora Objetiva LTDA. Versão multiusuário 2009.3, novembro de 2009.

DWORKIN, Ronald. **Levando os direitos a sério**: tradução e notas Nelson Boeira. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

DWORKIN, Ronald. **Uma questão de princípio**: tradução Luís Carlos Borges. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ESPÍRITO SANTO. TJES. **Processo nº 0007414-36.2013**. 1ª Vara Cível de Guarapari.

ESTADÃO. **Pós-impeachment, ONU apela para que violência seja evitada no Brasil**. Disponível em <<<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,pos-impeachment-onu-apela-para-que-violencia-seja-evitada-no-brasil,10000073620>>>. Acesso em 12 de outubro de 2016.

EUROPEAN COMMUNITY. European Court Of Human Rights. **Judgment 10877/04**. Sergey Kuznetsov v. Russia. 23 october 2008.

EUROPEAN COURT OF JUSTICE. **Acórdão C-112/00**. Eugen Schmidberger. 12 june 2003.

FERNANDES, Bernardo Gonçalves. **Curso de direito constitucional**. 7ª ed. Editora JusPodivm, 2015.

FERRARI, Regina Maria Macedo Ney. **Direito constitucional**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

GARGARELLA, Roberto. **Carta aberta sobre la intolerância: Apuntes sobre derecho y protesta**. 2ª ed. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2015.

GARGARELLA, Roberto. **El Derecho a la Protesta: el primer derecho**. 1ª ed. Buenos Aires, Ad-Hoc, 2005.

GODOY, Miguel Gualano de. **Constitucionalismo, Democracia e Protesto: As mães na praça e a Praça da Sé**. 2008. 73 f. Monografia (Graduação) - Curso de Direito, Universidade Federal do Paraná, Paraná, 2008.

GODOY, Miguel Gualano de. **Constitucionalismo e Democracia: uma leitura a partir de Carlos Santiago Nino e Roberto Gargarella**. São Paulo: Saraiva/FGV, 2012.

MENDES, Gilmar Ferreira. **Curso de Direito Constitucional**. Editora Saraiva, 2008.

MINAS GERAIS. TJMG, **Ação Cautelar nº 1.0000.13.041148-1/000**, Belo Horizonte, Turma Especializada da 1ª Câmara Unif. Jurisp. Cível, Rel. Des. Barros Levenhagen, J. 13.06.2013.

MORAES, Alexandre de. **Direitos Humanos Fundamentais. Teoria Geral**. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MORRISON, Wayne. **Filosofia do direito: dos gregos ao pós-modernismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

MOVIMENTO PELA EQUIPARAÇÃO DA LGBTFOBIA AO RACISMO. **Como é elaborado um projeto de lei**. Disponível em: <<<http://www.plc122.com.br/projeto-de-lei/#axzz4MLOSI943>>>. Acesso em: 18 de outubro de 2016.

NEVES, Marcelo. **Entre Hidra e Hércules: princípios e regras constitucionais como diferença paradoxal do sistema jurídico**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

ONU BR. Nações Unidas do Brasil. **Onu divulga relatório sobre direitos dos manifestantes contra abusos policiais.** Disponível em: <<<https://nacoesunidas.org/onu-divulga-relatorio-sobre-direitos-dos-manifestantes-contrabusos-policiais/>>>. Acesso em 10 de outubro de 2016.

O POVO ONLINE. **Projeto que prevê pena de prisão para quem fechar rua poderá criminalizar direito de manifestação Advogados ouvidos pelo O POVO Online questionam constitucionalidade do projeto de lei e citam direito de manifestação, afetado pela proposta aprovada na CCJ. Representantes de movimentos sociais criticam medida.** Disponível em: <<<http://www.opovo.com.br/app/fortaleza/2015/08/21/noticiafortaleza,3491764/projeto-de-pena-de-prisao-para-quem-fechar-rua-afetara-manifestacoes.shtml>>> Acesso em 3 de novembro de 2016.

SEN, Amartya. **A ideia de justiça.** Trad. Denise Bottman e Ricardo Doninelli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 361.

STEINMETZ, Wilson. **Princípio da proporcionalidade e atos de autonomia privada.** São Paulo: Malheiros, 2005.

SUNSTEIN, Cass. **Republic.com 2.0.** New Jersey: Princeton University Press, 2007. p. 22-23.

TERRA. Notícias. **1930: Gandhi inicia a Marcha do Sal.**

Disponível em: <<<https://noticias.terra.com.br/1930-gandhi-inicia-a-marcha-do-sal,b02bd7bf77c0c410VgnCLD200000b2bf46d0RCRD.html>>>. Acesso em 19 de novembro de 2016.

THOREAU, Henry David. **A Desobediência Civil e Outros Ensaios.** Trad. Alex Marins. 1ª ed. São Paulo: Martin Claret, 2003.

UNITED NATIONS. General Assembly. **Effective measures and best practices to ensure the promotion and protection of human rights in the context of peaceful protests. Report of the United Nations High Commissioner for Human Rights.** Disponível em <<

<http://www.ohchr.org/Documents/HRBodies/HRCouncil/RegularSession/Session22/A.HRC.22.28.pdf>>>. Acesso em 10 de outubro de 2016.

UNITED NATIONS. General Assembly. **Report of the Special Rapporteur on the rights to freedom of peaceful assembly and of association, Maina Kiai**. Disponível em: <<[http://www.ohchr.org/Documents/HRBodies/HRCouncil/RegularSession/Session20/A-HRC-20-27\\_en.pdf](http://www.ohchr.org/Documents/HRBodies/HRCouncil/RegularSession/Session20/A-HRC-20-27_en.pdf)>>. Acesso em 10 de outubro de 2016.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Manual de direito penal brasileiro**. Volume 1: parte geral / Eugenio Raúl Zaffaroni, José Henrique Pierangeli. 9ª ed. Ver. E atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

## ANEXO A

### 1. Protestos pelo mundo:

2002 Argentina	“Santillán e Kosteki, de 21 e 23 anos, morreram quando faziam parte de um protesto de “piqueteiros”, como são chamados na Argentina os desempregados que bloqueiam ruas e estradas para fazer suas demandas, e a manifestação foi reprimida pela polícia. Os dois foram atingidos por balas das forças de segurança em 26 de junho de 2002 na estação ferroviária de Avellaneda, localidade situada poucos quilômetros ao sul da capital argentina”. <sup>75</sup>
2006 Chile	“Há exatamente dez anos o Chile vivia a maior onda de protestos desde o fim da ditadura do general Augusto Pinochet (1973-1990). Estudantes secundaristas reivindicavam nas ruas gratuidade na educação e no transporte público, além de outras reformas profundas num sistema educacional herdado do regime militar.  Vestidos de terno e gravata – uniforme de muitos colégios públicos e privados do Chile ainda hoje – os estudantes foram apelidados de “pinguins” e a onda de protesto, de “revolta dos pinguins” ou ‘revolução dos pinguins’”. <sup>76</sup>
2010 Primavera Árabe	“Entende-se por Primavera Árabe a onda de protestos e revoluções ocorridas no Oriente Médio e norte do continente africano em que a população foi às ruas para derrubar ditadores ou reivindicar melhores condições sociais de vida.  Tudo começou em dezembro de 2010 na Tunísia, com a derrubada do ditador Zine El Abidini Ben Ali. Em seguida, a onda de protestos se arrastou para outros países. No total, entre países que passaram e que

<sup>75</sup> UOL. Argentina abre arquivos por causa de morte de “piqueteiros”. Disponível em: <<<http://noticias.uol.com.br/ultnot/efe/2005/05/27/ult1808u41687.jhtm>>>. Acesso em 16 de outubro de 2016.

<sup>76</sup> REDE UBES. Há 10 anos, ‘pinguins’ marchavam no Chile. Entenda como isso mudou a educação. Disponível em: <<

	ainda estão passando por suas revoluções, somam-se à Tunísia: Líbia, Egito, Argélia, Iêmen, Marrocos, Bahrein, Síria, Jordânia e Omã”. <sup>77</sup>
2011 Estados Unidos	“Occupy Wall Street foi (é) um movimento de protesto iniciado em setembro de 2011, no Zuccotti Park, no distrito financeiro de Manhattan, na cidade de Nova York, principalmente contra a desigualdade econômica e social. A estratégia do movimento é manter uma ocupação constante de Wall Street, o setor financeiro da cidade de Nova Iorque. Desde então uma onda de protestos semelhantes espalhou-se por diversas outras cidades nos Estados Unidos (Boston, Chicago, Los Angeles, Portland, São Francisco, entre outras)”. <sup>78</sup>
2011 Europa	“Os espanhóis que protestam contra o tratamento dado à crise econômica do país prometeram manter suas barracas montadas em praças centrais de cidades esta semana, enquanto uma onda de protestos semelhantes chegava a outras grandes cidades da Europa”. <sup>79</sup>
2011 Chile	<p>“Nos protestos de 2011, há muita semelhança com as reivindicações do movimento dos pinguins. Há, também, fatores novos. Desta vez, as revoltas são capitaneadas por estudantes do ensino superior, contrários às altas cobranças de matrículas mesmo em universidades públicas – que chegam a 12 mil reais anuais - e um modelo de financiamento que têm condenado muitos recém-egressos ao endividamento.</p> <p>Em entrevista ao site da Carta Capital, o educador Juan Eduardo García-Huidobro, que acompanhou todo o processo de mediação dos protestos dos pinguins e segue de perto as atuais reivindicações dos estudantes, não mede palavras. “Há relações muito fortes com os pinguins de 2006”. Na conversa, ele explica as peculiaridades do modelo educacional chileno</p>

<sup>77</sup> BRASIL ESCOLA. Primavera Árabe. Disponível em: <<<http://brasilescola.uol.com.br/geografia/primavera-Arabe.htm>>>. Acesso em 16 de outubro de 2016.

<sup>78</sup> CONSCIÊNCIA POLÍTICA. Capitalismo Financeiro e o Movimento Occupy. Disponível em: <<http://www.portalconscienciapolitica.com.br/products/capitalismo-financeiro-e-o-movimento-occupy/>>>. Acesso em 16 de outubro de 2016.

<sup>79</sup> UOL. “Indignados” da Espanha motivam ondas de protestos na Europa. Disponível em: <<<http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/reuters/2011/05/30/indignados-da-espanha-motivam-onda-de-protestos-na-europa.jhtm>>>. Acesso em 17 de outubro de 2016.

	forjado na era Pinochet e diz que, diante do apoio popular, o governo Piñera terá de sentar à mesa e conversar (...). <sup>80</sup>
2013 Brasil	“Valdinete Rodrigues Pereira, de 40 anos, e Maria Aparecida, 62 anos, morreram atropeladas durante um protesto na BR-251, em Cristalina, enquanto participam de um protesto em 24 de junho. Elas interditavam a via com barricadas de pneus reivindicando melhorias em serviços públicos como infraestrutura, saúde, segurança e transporte da região. O motorista fugiu sem prestar socorro e se apresentou à polícia no dia seguinte. Foi indiciado por homicídio culposo e responde em liberdade”. <sup>81</sup>
2013 Turquia	“Os manifestantes enfrentaram a polícia na capital, Ancara, em Istambul e também em Antália, Izmir e Konya. Um total de 939 pessoas foram presas, de acordo com informações do Ministério do Interior turco. Dezenas ficaram feridas. Estes são os maiores protestos contra o governo da Turquia nos últimos anos. As manifestações começaram na sexta-feira devido a um plano das autoridades para fazer mudanças no parque Gezi, na praça Taksim, em Istambul. Mas, segundo correspondentes no país, os protestos cresceram e se transformaram em grandes manifestações contra o que é percebido como uma islamização da Turquia”. <sup>82</sup>
2013 Venezuela	“A Venezuela tem enfrentado momentos de tensão desde o início de fevereiro, com protestos de estudantes e opositores contra o governo. A situação se agravou em 12 de fevereiro, quando uma manifestação contra o presidente Nicolás Maduro terminou com três mortos e mais de 20 feridos. Ao mesmo tempo em que milhares foram às ruas para criticar o governo – em um contexto de inflação, insegurança, escassez de produtos

<sup>80</sup> CARTA CAPITAL. O que está por trás das revoltas no Chile? Disponível em: <<<http://www.cartacapital.com.br/internacional/o-que-esta-por-tras-das-revoltas-no-chile>>> Acesso em 17 de outubro de 2016.

<sup>81</sup> G1. Pelo menos 13 pessoas morreram em um ano de protestos pelo país. Disponível em: <<<http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/06/pelo-menos-13-pessoas-morreram-em-um-ano-de-protestos-pelo-pais.html>>>. Acesso em 3 de novembro de 2016.

<sup>82</sup> BBC Brasil. Protestos contra o governo se espalham pela Turquia. Disponível em: <<[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/06/130601\\_turquia\\_atualiza\\_fn](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/06/130601_turquia_atualiza_fn)>>. Acesso em 16 de outubro de 2016.

	básicos e alta criminalidade –, outros milhares se manifestaram em favor de Maduro e contra os opositores”. <sup>83</sup>
--	---

---

<sup>83</sup> Portal de notícias G1. Mundo. Entenda os protestos na Venezuela. Disponível em <<<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/02/entenda-os-protestos-na-venezuela.html>>>. Acesso em 17 de outubro de 2016.



**ANEXO B**

1. Projeto de Lei nº 6.268 de 2009:

**PROJETO DE LEI Nº, DE 2009**

(Do Sr. Maurício Quintella Lessa)

Acrescenta o art. 312-A à Lei n.º 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, a fim de tipificar o crime de obstrução indevida de via pública.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º. Esta lei acrescenta o art. 312-A à Lei n.º 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, a fim de tipificar o crime de obstrução indevida de via pública.

Art. 2.º. A Lei n.º 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 312-A:

“Art. 312-A. Obstaculizar, indevidamente, via pública: Penas – detenção, de 1 (um) a 2 (dois) anos, e multa. ”

Art. 3.º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.